



EDITAL



(66) **3402-2000**



licitacao
@barradogarcas.mt.gov.br



Rua Independência, n° 739, Centro
Barra do Garças/MT



EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 151/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°. 008/2025

(REGIDO PELA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR). CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR MENOR PREÇO UNITÁRIO	
Critério de julgamento do Tipo:	MENOR PREÇO
Objeto:	“CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT.”
MODO DE DISPUTA	Aberto
SEQUENCIA DE FASE	Com Inversão (habilitação antes das propostas).
VALOR ESTIMADO	R\$ 20.374.790,57 (vinte milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos)
SESSÃO PÚBLICA	
Dia:	12 de janeiro de 2026
Hora:	08:30 horas (Horário de Brasília – DF)
Site:	www.licitanet.com.br
LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL	
Dias:	Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)
Horários:	Das 07:00 às 11:00 e às 13:00 às 17:00 - Horário local.
LOCAL:	Rua Independência, nº 739, Centro-Setor Sul II – Primeiro Andar
RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET	
Retire o Edital acessando a página www.licitanet.com.br ou http://www.barradogarcas.mt.gov.br/serviços/licitações , ou solicitando pelo email: licitacao@barradogarcas.mt.gov.br .	



EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º. 151/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º.
008/2025

PREÂMBULO

Data de Abertura: 12/01/2026

Horário: às 08h30min, horário de Brasília.

O **MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT**, através da Comissão de Contratação designada pela portaria n.º. 22.199 de 06/03/2025, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA N.º 008/2025**, aplicando-se a Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Código Penal no que for aplicável a licitações e contratos e demais legislações aplicáveis, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1. DO OBJETO:

A presente Licitação tem por objeto **“CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT.”**, de acordo com as especificações e os detalhamentos constantes dos anexos integrantes do edital e conforme segue:

Descrição do Serviço:	Construção de Unidade Escolar, Quadra Poliesportiva e Piscina no Residencial Jardim dos Ipês, no município de Barra do Garças – MT.
Dimensão da Obra:	4.585,28 m ² de área total construída.
Local da Obra:	Rua São Paulo, com Rua Primavera e Rua Otacílio dos Santos Neto – Residencial Jardim dos Ipês, Barra do Garças – MT
Coordenadas Geográficas:	15°53'00.00"S e 52°18'00.00"W.

2.DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DO VALOR

2.1. Os serviços objeto deste Edital serão executados de forma indireta pelo regime EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, conforme Art. 46 da lei n.º 14.133/21.

2.2.O CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

2.3.O MODO DE DISPUTA: ABERTO COM INVERSÃO DE FASES

2.4. DO VALOR UNITÁRIO

2.4.1. O preço máximo estimado desta contratação é de **R\$ 20.374.790,57 (vinte milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos)**

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos orçamentários pertinentes correrão a expensas das seguintes dotações orçamentárias:

FONTE DE RECURSOS

Detalhamento Fonte de Recurso Anexo II (termo de referência)

4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL



4.1. Os documentos que integram o edital serão disponibilizados em mídia digital no sítio: www.licitanet.com.br ou solicitados: e mail licitacao@barradogarcas.mt.gov.br de 2ª a 6ª feira (dias úteis) das 07h00min às 11h00min e das 13h00 às 17h00, mediante requerimento do interessado à Comissão de Contratação, assinada pelo seu representante legal.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório da Concorrência Eletrônica, mediante petição a ser enviada para o endereço de e-mail da Comissão de Contratação licitacao@barradogarcas.mt.gov.br ou através do site www.licitanet.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço Rua Independência, nº 739, Centro-Setor Sul II (primeiro andar sala de licitações), das 07h0min às 11h00min e das 13h00 às 17h00min.

5.2. A Impugnação do Edital e de seus Anexos deverá ser dirigida à Comissão de Contratação da licitação, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, via e-mail licitacao@barradogarcas.mt.gov.br em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, dentro do horário de expediente da Prefeitura, das 07h0min às 11h00min e das 13h00 às 17h00min.

5.3. Apresentada a impugnação, a resposta será divulgada no site da PREFEITURA, até o último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4. A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, enviar sua PROPOSTA, até a data e hora marcados para a abertura da sessão.

5.5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

5.5.1. Os pedidos de esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos deverão ser encaminhados via e-mail no endereço licitacao@barradogarcas.mt.gov.br, até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

5.5.2. A resposta da Comissão de Contratação da Licitação aos esclarecimentos será divulgada mediante publicação no site da <http://www.barradogarcas.mt.gov.br/servicos/licitacoes> até o último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet, no sistema LICITANET, através do site www.licitanet.com.br.

6.2. A participação do licitante na Concorrência Eletrônica se dará exclusivamente através do site www.licitanet.com.br o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico no site www.licitanet.com.br;

6.4. O acesso do licitante ao sistema LICITANET na Concorrência eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos.

6.5. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer licitação eletrônica, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a LICITANET – Licitações On-line, ou canceladas por solicitação do licitante.

a) A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do



licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site LICITANET – Licitações On-line, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

6.6. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a LICITANET – Licitações On-line e à Prefeitura Municipal de Barra do Garças-MT, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.7. O cadastramento do licitante junto a Plataforma Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

6.8. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones:

(34) 3014-6633 e (34) 99807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

6.9. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.10. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.11. Aceitando os termos, a licitante declara automaticamente que cumpre todos os requisitos exigidos neste Edital.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

7.1. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital e seus Anexos, poderá participar desta licitação, os interessados que atendam às exigências do edital e seus anexos e que estiverem previamente credenciados no Portal de Aquisições do LICITANET;

7.1.1.1. No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades de natureza compatível ao objeto de licitação.

7.1.1.2. Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.

7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta licitação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidos com equipe do sistema do licitanet através Telefone (34) 3014-6633 e (34) 99807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br onde também deverão informar-se a respeito de seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para a correta utilização do sistema.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.3.1 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.3.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no





momento da habilitação.

7.3.3. Os interessados deverão atender as Resoluções n.1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, CONFEA e a Resolução 1.050, de 13/12/2013, que revoga o §2º do art. 28 e o art.79 da Resolução n.1.025 – CONFEA.,

7.3.4. Ser do segmento e ramo de atividade, pertinente (da mesma natureza) do objeto da licitação, que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos.

7.3.5. Qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos.

7.3.6. A empresa estrangeira deverá atender as Resoluções nº. 1.025 de 30/10/2009 e nº. 444 de 14/04/2000 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

7.3.7. Ao acessar o sistema, o licitante deverá:

- a) Localizar a Concorrência de interesse, acessando a opção “CONCORRÊNCIAS – LANÇAR DOCUMENTOS E PROPOSTA INICIAL”.
- b) Após localizar a Concorrência pelo número do Edital ou número do Processo Administrativo, clicar em visualizar;
- c) Em seguida, deverá optar pela declaração de enquadramento ou não de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.
- d) A não identificação no sistema acarretará preclusão consumativa do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar n.123/2006 – em especial quanto ao seu artigo 3º;
- e) A licitante que se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, deverá ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restrição quanto à documentação referente à regularidade fiscal;

7.4. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação:

7.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.4.2. Pessoa física ou jurídica que elaborou o anteprojeto de engenharia ou que forneceu subsídios para elaboração deste;

7.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, ou estejam incluídas, como inidôneas, em um dos cadastros abaixo:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>)
- b) Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>)
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do Conselho Nacional Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.4.4. O item 7.4.3. também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

7.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou



que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

7.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei n.6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5(cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7.4.8. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

7.4.9. Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

7.4.10. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste aptidão econômica e financeira para o certame.

7.4.11. Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Edital;

7.4.12. Empresa submissa a concurso de credores;

7.4.13. Servidor público ou ocupante de cargo em comissão da prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT ou responsável pela licitação ou empregado contratado pela Administração.

7.4.14. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o Licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

7.4.15. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

7.4.16. A participação no neste certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

8. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

8.1. Não será permitida a participação de pessoa jurídicas organizadas em consórcio, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

8.2. Da participação de ME e EPP

8.2. Não se aplica o disposto no art. 47 e 48 da Lei Complementar 123/2006 para a presente contratação, tendo em vista o amparo legal contido nos incisos II e III do artigo 49 da referida lei, uma vez que o valor a ser licitado supera aquele previsto no inciso I, do art. 48, da Lei 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, e por não se tratar da aquisição de serviços divisíveis. Tal ação poderia comprometer o pleno andamento da obra, uma vez que várias ações devem ser coordenadas para que se tenha um resultado satisfatório.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional,





de serviços a serem comprovados, até o limite de 25% (trinta por cento) do valor do contrato, desde que previamente autorizada pela prefeitura.

9.2. Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico – operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.

9.3. A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

9.4. A CONTRATADA deve submeter à apreciação do CONTRATANTE o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do pretendente subcontratado e da respectiva documentação, que deve corresponder à exigida para habilitar nesta licitação.

9.5. A documentação apresentada será analisada pela Administração, incluindo parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

9.6. A CONTRATADA originária deve submeter à apreciação do CONTRATANTE o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do pretendente subcontratado e da respectiva documentação, que deve corresponder à exigida para habilitação nesta licitação.

9.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

10. DA CONDUÇÃO DO CERTAME E DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Barra do Garças-MT, integrante da Comissão de Contratação, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico www.licitanet.com.br; onde se encontra o link para acesso.

10.2. A operacionalidade do Sistema – é de responsabilidade da LICITANET – junto a qual as Licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

10.3. A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da documentação de Habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

10.4. O encaminhamento da documentação de Habilitação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras tais informações.

10.5. Caberá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.





10.6. No caso de desconexão com o sistema, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

10.7. O agente de contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.8. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão eletrônica será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico.

10.9. Quando a desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 minutos, não se retomar, em prazo razoável, o processo de formulação de lances, a sessão eletrônica será definitivamente interrompida, o que acarretará, conseqüentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

10.11. No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão com o sistema.

10.12. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Comissão de Contratação e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via Chat, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

10.13. A Comissão de Contratação, juntamente com a equipe técnica verificará toda documentação apresentada e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

10.14. Somente os Licitantes habilitados participarão da fase de lances.

10.15. A HABILITAÇÃO/INABILITAÇÃO será sempre fundamentada e registrada no sistema, comacompanhamento em tempo real pelas Licitantes.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. A participação na Concorrência Eletrônica ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do Licitante e subsequente encaminhamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA INICIAL.

11.2. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, nos termos do art.17 §1º da lei 14.133/2021 e:

1) A fase de habilitação nesta licitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, para verificar se cada competidor possui os requisitos estabelecidos no edital para participar da competição, pois assim, evita-se que empresas que não possuam qualificação técnica necessária para cumprir o contrato concorram ofertando lances, correndo risco de prejudicar a licitação, gerando assim prejuízo para administração pública. Ou seja, apenas com empresas que realmente tenham capacidade técnica compatível com o montante de serviços ora apresentados e possam atender a administração dentro das normas vigentes e cumprir todos os prazos do futuro contrato.

2) A inversão de fases trará benefícios para o erário, uma vez que a gestão municipal poderá avaliar com mais critérios a habilitação das empresas, com observância na sua capacitação técnica, com o objetivo de que a sessão de lances seja apenas com empresas que realmente tenham capacidade técnica compatível com o montante de serviços ora apresentados e possam atender a administração dentro das normas vigentes e cumprir todos os prazos do futuro contrato. Não obstante, a complexidade da proposta e sua elaboração de forma coerente e exequível é fundamental para a qualidade dos serviços prestados pelos licitantes.

3) No caso a inversão das fases será benéfica pois garantirá que apenas as empresas com expertise farão seus lances sem trazer prejuízos técnicos para esta Administração, “visando



a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros para que a proposta selecionada gere de fato o resultado esperado e a contratação mais vantajosa". 4) A inversão de fases também gera uma maior facilidade para os órgãos públicos porque se antes as licitações não estimulavam ampla concorrência pela dificuldade em analisar todos os documentos enviados, agora todo o processo ficou mais ágil. E o aumento da concorrência garante melhores preços para o Município em todas as suas instâncias.

11.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, os documentos de HABILITAÇÃO e o preço DA PROPOSTA INICIAL, observado o disposto neste Edital quanto a documentação exigida para fins de habilitação;

11.4. Nos termos do art.17 §1º da lei 14.133/2021:

11.5. Aberta a etapa competitiva, os representantes habilitados deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.6. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, preço global da proposta já considerado e incluso todos os requisitos que o compõem, tais como tributos, fretes, tarifas, descontos e demais despesas decorrentes da execução do objeto, sendo aceito apenas valores abaixo ou igual ao estimado conforme projeto básico;

11.7. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

11.6.1. A Comissão de Contratação realizará diligências para esclarecer ou complementar informações sempre que julgar necessário, de acordo com os requisitos estabelecidos pela Lei 14.133/2021;

11.8. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do art. 7º XXXIII, da constituição;

11.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.10. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico:

11.10.1. QUALQUER ELEMENTO QUE POSSA IDENTIFICAR A LICITANTE IMPORTA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESSE EDITAL;

11.10.2. Até 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir arquivos anteriormente encaminhado.

11.11. O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, e também lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado na Plataforma Eletrônica;

11.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.13. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

11.14. No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa





competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando ao agente, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

11.15. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

11.16. NÃO PODERÁ HAVER DESISTÊNCIA DOS LANCES EFETUADOS.

11.16.1. Considerando que o sistema permite a comunicação com o Agente no chat, as empresas que porventura errarem na digitação dos seus lances, poderão solicitar o cancelamento do lance. Contudo, caso o Agente de Contratação detecte que o lance ofertado apresenta indícios de erro de digitação, poderá excluí-lo, sem a manifestação da empresa, visando manter a regularidade do certame.

11.16.2. A regra disposta no item 11.16 será aplicada somente nos casos de erro de digitação. Caso a licitante solicite o cancelamento do seu lance e não for caracterizado erro de digitação, mediante a observação da regularidade dos lances apresentados, o agente de contratação estará desobrigado de cancelar o lance, devendo a licitante arcar com o custo de acordo com o lance ofertado, e em caso de desistência do lance serão aplicadas as penalidades pertinentes.

11.16.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

11.16.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor;

11.16.5. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no www.licitanet.com.br e as especificações constantes do projeto de engenharia, prevalecerão as últimas;

11.16.6. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório;

11.16.7. Uma licitante, ou grupo, suas filiais, ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico, ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela entidade promotora da licitação;

11.16.8. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa;

11.16.9. Nenhuma empresa ou instituição vinculada a Entidade de Licitação será elegível para participar deste processo licitatório;

11.16.10. Nas Propostas de Preços REGISTRADAS no Sistema Eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

11.16.10.1. Preço global, de acordo com o valor estimado no orçamento base, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes orçamento base;





11.16.10.2. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como os impostos, ICMS e/ou ISSQN (conforme o caso), taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

11.16.10.3. O objeto ofertado deverá estar de acordo as especificações do objeto conforme projeto básico, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

11.16.11. Apresentar a validade da proposta, de forma clara e inconfundível.

11.16.11.1. A proposta de preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

11.16.11.2. O Agente de Contratação verificará as propostas de preços registrados no endereço eletrônico, antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

11.16.11.3. O Agente de contratação caso julgue necessário submeterá a documentação relativa à **proposta, apresentada** pelos participantes a uma **equipe técnica** da Unidade solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico sobre a conformidade ou não da proposta de preço apresentada.

11.16.11.4. Assim como as propostas de preços, os valores lançados serão pelo VALOR UNITÁRIO no sistema em acordo com a proposta, sob pena de desclassificação.

11.16.11.5. O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, e também lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado na Plataforma Eletrônica.

11.16.11.6. A participação na Concorrência ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do Licitante e subsequente encaminhamento com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA.

11.16.11.7. Ao apresentar sua proposta, a licitante aceita plenamente e concorda especificamente com as condições estabelecidas neste Edital;

12. DA FASE DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO.

12.1. Somente as licitantes que apresentarem proposta de preços em consonância com o que dispõe o edital, poderão apresentar lances para o objeto, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.2. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo "MENOR PREÇO UNITÁRIO".

12.3. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes na proposta inicial cadastrada no sistema.

12.4. A abertura e fechamento da fase de lances "via internet", será feito pelo agente de contratação.

12.5. As licitantes poderão oferecer lances Menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

12.6. A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

12.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.8. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes,





vedada a identificação do detentor do lance.

12.9. No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

12.10. O Agente de Contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

12.11. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, via chat, no endereço eletrônico utilizado para divulgação, no site www.licitanet.com.br.

12.12. O Item aberto para lance, entrará no modo de disputa aberto, o qual terá a duração mínima de 10 (dez) minutos antes de ser encerrado, entrará no tempo de iminência, de 01 (um) a 2 (dois) minutos.

12.13. O tempo de que trata o item 12.12, será prorrogado automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos 2 (dois) últimos minutos do período de duração;

12.14. O período de duração da disputa será prorrogado automaticamente por mais 2 (minutos) sempre que houver lance enviado no período de prorrogação de que trata o subitem 12.13;

12.15. Na hipótese de não haver novos lances nos termos do subitem 12.13, a disputa será encerrada automaticamente;

12.16. Encerrada a disputa sem a prorrogação automática pelo sistema na forma do subitem

12.13, o agente de contratação poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;

12.18. Quando da formulação de lances pelos licitantes deverá ser observado o intervalo mínimo entre os lances.

12.19. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a Sessão Pública, ficando responsável pelo ônus recorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor.

12.20. A desistência em apresentar lances implicará na exclusão da licitante, na etapa de lances e na manutenção do último preço, por ela apresentada, para efeito de ordenação das propostas de preços.

12.21. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o

MENOR PREÇO.

12.22. Após etapa de lances, o Agente de Contratação encaminhará pelo sistema eletrônico contraproposta (fase de negociação) diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtido um melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação, podendo a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

13. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO.

13.1 Os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação, até a data e horário limite definidos no preâmbulo deste Edital, exclusivamente por meio da plataforma LICITANET, sujeitando-se a Licitante às sanções previstas neste Edital.





13.1.1.1 Em observância ao disposto no **art. 17, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, a presente licitação adotará a **inversão de fases**, sendo a **habilitação anterior à análise e julgamento das propostas**

13.1.1.2 Assim, a sessão pública terá início com a abertura e a verificação dos documentos de habilitação, que serão analisados pela Comissão de Contratação e corpo técnico da secretaria demandante, observados os critérios estabelecidos neste edital.

- a) Planilha de preços seguindo o modelo da planilha estimativa do órgão;**
- b) Composições de preços de todos os itens da planilha;**
- c) Composição detalhada BDI;**
- d) Cronograma físico-financeiro.**

13.1.1.3. Encerrada a fase de lances e negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao último valor ofertado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se a Licitante às sanções previstas neste Edital.

A proposta readequada deverá ser apresentada na forma especificada devendo conter ainda:

- a) Planilha de preços seguindo o modelo da planilha estimativa do órgão;**
- b) Composições de preços de todos os itens da planilha;**
- c) Composição detalhada BDI;**
- d) Cronograma físico-financeiro**

13.1.1.2. A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida no art. 17, §1º da NLLC, devendo a habilitação dos licitantes preceder (antes) a fase de apresentação de propostas e lances e julgamento, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame e neste caso, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, irão anexar exclusivamente a documentação de habilitação em campo específico no sistema, em seguida no campo do item/lote digitar apenas o valor de sua proposta inicial, sem o anexo da mesma, sob pena de inabilitação.

13.1.2. O encaminhamento se dará através do site LICITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

13.1.3. Em casos **excepcionais** de dificuldades técnicas, poderá desde que solicitado ao agente de contratação, ser utilizado o envio da documentação relacionada à proposta para o e-mail: licitacao@barradogarcas.mt.gov.br.

13.2. Carta de apresentação da PROPOSTA DE PREÇO, conforme ANEXO.

13.2.1. Sob pena de desclassificação o licitante deverá apresentar declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurado na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida e deverão estar incluídos todos os critérios que o compõe, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação/realização do objeto.

13.4. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver seu menor preço) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada caso:

13.5. Contenha vícios insanáveis;

13.6. Não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;





13.7. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

13.8. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

13.9. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

13.10. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

13.10.1. Não serão aceitos preço global superior do preço do orçamento referencial do projeto básico. Também não serão aceitos percentuais a serem pagos por etapas superiores aos percentuais estabelecidos para cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro.

13.11. A Comissão de Contratação da Licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

13.12. Consideram-se inexequíveis as propostas com valor global inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

13.13. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

13.14. Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

13.15. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

14. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

14.1. Encerrada a etapa de lances, a Comissão de Contratação avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da proposta. Caso não haja data de retorno estipulada pelo agente de contratação durante a sessão, será publicada no site da Prefeitura <http://www.barradogarcas.mt.gov.br/serviços/licitações>, a futura data de reabertura da sessão para divulgação do resultado e prosseguimento do processo licitatório.

14.2. Como condição prévia ao exame da proposta da licitante vencedora, a comissão de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis) e pela Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso (<http://www.controladoria.mt.gov.br/ceis>);

14.4. Cadastro Nacional de Contratações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

14.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

14.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT;

14.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da lei n.8.429, de 1.992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da



qual seja sócio majoritário.

14.8. Constatada a existência de sanção, o agente de contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.9. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.10. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.10.1. A licitante deverá demonstrar sua habilitação jurídica mediante apresentação conforme o caso:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e, no caso de sociedade por ações, acompanhada da documentação de eleição dos seus administradores;

b) Cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante da empresa licitante e do procurador, se houver;

c) Procuração válida, se for o caso;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

e) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.10.2. Credenciamento do Representante Legal para assinatura do contrato.

14.11. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

14.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (cartão CNPJ/MF);

14.11.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município onde estiver sediada a empresa, através da apresentação da ficha de inscrição cadastral ou documento equivalente, expedido pela Receita Municipal, que comprove a referida inscrição. (Cartão de inscrição ou alvará de funcionamento).

14.11.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as Contribuições Sociais, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante;

14.11.4. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual, da sede da licitante;

14.11.5. Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante;

14.11.6. Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, da sede da licitante;

14.11.7. Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.11.8. Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP)

14.12. DOCUMENTOS EXIGIDOS QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.12.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa deverá ser através das certidões e dos índices provenientes do balanço patrimonial, demonstração de resultado de



exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

14.12.2. Certidão Negativa de Falência/recuperação judicial autor/réu, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame.

14.12.3. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial só poderá ser habilitada se apresentar a comprovação da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e acertidão que atesta a aptidão econômica e financeira para o certame.

14.12.4. Em se tratando de Licitante subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual a Licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do contrato.

14.12.5. A licitante deve comprovar através do balanço patrimonial, demonstração do resultado de exercício e demais demonstrações contábeis que os índices de liquidez geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1(um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
 $LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$

i) Índice de Liquidez Geral (LG),

Onde: $LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$

Onde:
AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
PNC = Passivo Não Circulante

Índice de Solvência Geral (SG),
onde: $SG = \frac{AT}{PC + PNC}$

Índice de Liquidez Corrente (LC), onde:
 $LC = \frac{AC}{PC}$

Onde:
AT = Ativo Total
PC = Passivo Circulante
PNC = Passivo Não Circulante

Onde:
AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

14.12.6. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

14.12.7. O patrimônio líquido mínimo e os índices financeiros mínimos serão obtidos através do balanço patrimonial do último exercício financeiro já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O penúltimo balanço patrimonial exigível será avaliado de forma complementar para demonstração da boa situação financeira da empresa.

14.12.8. Balanço Patrimonial das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser o aprovado em Assembleia e a respectiva Ata registrada na Junta Comercial, devidamente publicada, sendo que o das de Capital Aberto deverá, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor Independente.

14.12.9. O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário", contendo identificação completa da empresa, de seu titular e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento,



devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Título e Documentos ou no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, com seu respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

14.12.10. No Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social,
a

Licitante deverá comprovar Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valorde sua PROPOSTA FINAL.

14.13. DOCUMENTOS EXIGIDOS QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL DA LICITANTE E DO PROFISSIONAL.

14.13.1. Declaração formal emitida pela Licitante de que os equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in loco” pela prefeitura de Barra do Garças-MT, por ocasião de sua utilização e sempre que necessário.

14.13.2. Atestado de visita emitido pela Prefeitura Municipal de Barra do Garças-MT, em nome da Licitante, de que ela, preferencialmente, por intermédio de integrante do seu quadro de Responsáveis Técnicos, visitou os locais onde serão executados as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dosmesmos até o dia da realização do certame.

14.13.3. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei , que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total RESPONSABILIDADE por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

14.13.4. As capacidades técnico-operacional e profissional deverão ser comprovadas conforme disposto no Termo de Referência- ANEXO II.

14.13.5. A Licitante deverá apresentar certidão de capacidade técnico-profissional dos profissionais indicados compatíveis com o objeto da licitação, conforme descrito abaixo:

a) A licitante deverá possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da Habilitação, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de certificado de acervo técnico, emitido pelo CREA – Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na modalidade engenharia civil ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, na modalidade arquitetura e urbanismo e respectivos atestados de responsabilidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, específica(s) para a obra referida no(s) atestado(s), comprovando o(s) profissional(is) indicado(s) para ser(em) responsável(is) técnico(s) da obra, comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da licitante, por execução e/ou coordenação de serviços de reforma, ainda deve comprovar a capacidade técnico operacional conforme quadro:

TABELA I - CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL E CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL

14.13.5.1. Certidão de acervo técnico (CAT) do responsável técnico da licitante (devidamente atestado pelo CREA/CAU), que comprove execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado, devendo conter no mínimo:





Código	Peso na Planilha	Serviços Executados	Proposta 100%	Referência 50%
ATLY EST 015	7,79%	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE LAJES ALVEOLARES PARA EDIFÍCIOS DE ATÉ 2 PAVIMENTOS, INCLUSO IÇAMENTO COM GUINDASTE	291,96 m ³	145,98 m ³
ATLY PISC 001	4,77%	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AZULEJO 15,5x15,5cm BRILHANTE AZUL PISCINA EXTRA	694,60 m ²	347,30 m ²
ATLY CIV 026	4,72%	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO CHAPA/CHAPA	4.164,78 m ²	2.082,39 m ²
ATLY EST 014	4,30%	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VIGAS PRÉ-FABRICADAS PARA EDIFÍCIOS DE ATÉ 2 PAVIMENTOS, INCLUSO IÇAMENTO COM GUINDASTE	134,12 m ³	67,06 m ³
ATLY EST 016	4,13%	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAINÉIS ESTRUTURAIS PRÉ-FABRICADOS PARA EDIFÍCIOS DE ATÉ 2 PAVIMENTOS, INCLUSO IÇAMENTO COM GUINDASTE	163,31 m ³	81,66 m ³

Obs: Quantidade mínima é 50% da quantidade que será executada.

14.13.6. A Licitante deverá apresentar atestados de capacidade técnico-operacional compatíveis com o objeto da licitação, conforme descrito no Edital e seus Anexos.

14.13.7. Os atestados e/ou certidões deverão ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços com vistas do Conselho Regional Competente e acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) expedidas por aqueles Conselhos.

14.13.8. Nos referidos atestados e/ou certidões deverá constar o nome do profissional indicado e a função desempenhada (para fins de capacidade técnico-profissional), o número do contrato, nome do contratado, do contratante e a discriminação dos serviços e quantitativos executados.

14.13.9. Deverá constar, preferencialmente, do atestado de capacidade técnico profissional, ou da certidão expedida pelo Conselho de Classe competente, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do responsável técnico, seu título profissional e número de registro no Conselho de Classe competente.

14.13.10. Os profissionais indicados pela Licitante, para fins de comprovação de capacidade técnica profissional, deverão declarar que participarão, a serviço da Licitante, das obras ou serviços. Este termo deverá ser firmado pelo representante da Licitante com o ciente do profissional.

14.13.11. Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico profissional deverão pertencer ao quadro permanente do Licitante, na data prevista para entrega da proposta, considerando-se válida a apresentação de prestação de serviço futuro para a realização do objeto da licitação.

14.14. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

- Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
- Diretor: cópia do contrato social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade



anônima.

c) Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

d) Responsável Técnico: cópia da certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

d1) Ficha de registro do empregado – RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou

d2) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em nome do profissional; ou d3) Contrato social ou último aditivo se houver; ou

d4) Contrato de prestação de serviço futuro para a realização do objeto da licitação, sem vínculo empregatício (Declaração de contratação futura).

e) Profissional contratado: contrato de prestação de serviço ou contrato de prestação de serviço futuro para a realização do objeto da licitação.

14.14.1. Não serão admitidos certidão e/ou atestado que não for emitido pelo contratante principal do serviço.

14.14.2. Em se tratando de consórcio, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em relação à cada empresa consorciada.

14.14.3. Na hipótese de a Licitante vencedora na etapa de lances ser considerada inabilitada, serão requeridos e analisados a proposta e os documentos de habilitação do licitante subsequente, por ordem de classificação.

14.14.4. A hipótese que trata o subitem anterior poderá ser realizada mais de uma vez, até que se obtenha uma licitante habilitada, sempre observando que sua proposta deverá estar abaixo do orçamento referencial da SINFRÁ, sendo a Comissão de Contratação responsável por negociar uma proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente à habilitação ao julgamento das propostas, ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.1333/21.

15.1.1. Divulgada a decisão de declaração do vencedor pela Comissão de Contratação, qualquer licitante poderá manifestar-se imediatamente e motivadamente a intenção de recorrer, expondo os motivos em campo próprio do Sistema Eletrônico, no prazo de 15 (quinze) minutos, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

15.2. As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser encaminhadas (ANEXADAS E ENVIADAS) por meio do Sistema da LICITANET, respeitando o prazo **de 03 (três) dias úteis** indicados no subitem 15.1. desta seção.

15.3. Caberá à licitante confirmar o efetivo envio das razões e/ou contrarrazões recursais pelo sistema, podendo entrar em contato com o Agente de Contratação para obter a confirmação do envio, caso entenda necessário, vez que a Administração não possui qualquer responsabilidade por falha de sistema e/ou da internet da licitante.

15.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.





15.5. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Caso a Comissão de Contratação decida pelo indeferimento do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para homologar o resultado final, que poderá, ratificar ou não, a decisão da Comissão antes da adjudicação.

15.7. Caso não ratifique a decisão da Comissão de Contratação, a Autoridade Competente determinará as medidas que julgar cabíveis no caso.

15.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão disponibilizados no site da Prefeitura, no endereço: <http://www.barradogarcas.mt.gov.br/serviços/licitações>.

15.10. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.11. A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições do Edital e seus anexos não serão aceitos.

15.12. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á do vencimento.

15.13. Os Recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16– DO ENCERRAMENTO.

16.1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento, a Prefeitura de Barra do Garças-MT, poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

16.2. Exaurida a negociação o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado a Autoridade Competente que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.3. Encerrada a licitação, a Comissão de Contratação divulgará no endereço, os atos de adjudicação do objeto e de homologação do certame.

16.4. É facultado a Prefeitura de Barra do Garças-MT, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Prefeitura, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

16.5.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com

vistas à obtenção de preço melhor;

16.5.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

16.5.3. Será facultado a Prefeitura a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de



extinção contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§2º e 4ª do art.90 da Lei n.14.133/2021.

17- DO PRAZO CONTRATUAL.

17.1. A vigência do contrato terá início com a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado e perdurará pelo prazo de **24 (vinte e quatro) meses** contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo para a execução dos trabalhos será de **18 (dezoito) meses**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço – conforme cronograma físico financeiro.

17.3. O prazo de duração do contrato poderá ser prorrogado, na forma da lei.

17.4. Quando do recebimento da referida Ordem de Serviço, a empresa contratada deverá apresentar à Prefeitura, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, do(s) engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) e do(s) preposto(s) indicados pela empresa para a licitação.

17.5. De acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterà cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1. Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos do Contrato, a empresa Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, com validade para todo o período de execução dos serviços, devendo ser renovada a cada prorrogação efetiva do contrato.

18.2. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária. Caberá à empresa CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia, conforme previsto no §1º do Art.96 e seguintes, da Lei n.14.133/2021.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a escolhida, deverá ser durante a execução do contrato, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual nos termos do art.96, da Lei n.14.133/2021, complementada no caso de acréscimo previsto no art.125 da Lei n.14.133/2021.

18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.5. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplementadas demais obrigações nele previstas;

18.6. Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.7. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

18.8. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

18.9. SEGURO-GARANTIA – entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros:

18.9.1 O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.661, de 11 de abril de 2022 e seus anexos;

18.9.2. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site



<https://www2.susep.gov.br/safe/numermercado/regapolices/pesquisa.asp>

18.9.3. O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO(TOMADOR) em relação à obra.

18.9.4. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas;

18.10. A garantia em dinheiro (caução) (se houver) deverá ser efetuada, mediante depósito em conta específica, com correção monetária a crédito da CONTRATANTE.

18.10.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

18.10.2. O atraso superior a 20(vinte) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.137 da Lei n.14.133/2021.

18.10.3. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pela Prefeitura de Barra do Garças-MT, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do art.61 da Lei complementar n.101 de 04 de maio de 2000, podendo a CONTRATANTE recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

18.10.4. No caso de garantia na modalidade de carta fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador, aos benefícios do art.827 do Código Civil de 2002.

18.10.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.10.6. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

18.10.7. A apólice de seguro, deve expressar a Prefeitura de Barra do Garças-MT, como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula;

18.10.8. Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

19– GARANTIA DOS SERVIÇOS

19.1. A CONTRATADA deverá dar garantia contratual dos serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo da obra/serviço.

19.2. A garantia será prestada com vistas a manter os serviços e equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo operacional para a CONTRATANTE.

19.3. A garantia abrange, INCLUSIVE, a realização da manutenção corretiva dos serviços pela própria CONTRATADA.

19.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos serviços prestados, compreendendo a realização de ajustes, reparos





e correções necessárias.

19.5. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos serviços que apresentarem vício ou defeito, devendo iniciar a reparação ou substituição em até 05(cinco) dias, contados a partir do recebimento da notificação

20. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência ANEXO II, deste Edital.

20.2. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5(cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil do projeto de cada estrutura.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DA CONTRATADA

21.1. A adjudicatária terá o prazo de até 5 (cinco) dias, após formalmente convidada, para assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo constante do ANEXO VII deste Edital;

21.2. Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pela Prefeitura.

21.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Prefeitura caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

21.4. As obrigações da contratada estão definidas neste edital e todos os seus anexos.

21.5. A produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte são de inteira responsabilidade da contratada.

21.6. A contratada deverá conceder LIVRE ACESSO aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão demandante.

21.7. Do contrato, regulado pelas instruções constantes deste Edital e seus anexos decorrem obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas aos serviços objeto desta licitação.

21.8. Fica determinado que os projetos, especificações e toda documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento emitido em outro será considerado especificado e válido.

21.9. A CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação, inclusive o recolhimento do ISSQN ao Município do local da prestação do serviço, durante a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

21.10. O contrato compreenderá a totalidade dos serviços, baseado na relação de preços propostos pela Licitante, considerados finais e incluindo todos os encargos, taxas e bonificações.

21.11. A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato.

21.12. A empresa contratada deverá instalar e manter, sem ônus para a Prefeitura, no canteiro de obras, um escritório e, os meios necessários à execução da fiscalização e





medição dos serviços por parte da administração.

21.13. A empresa contratada deverá colocar e manter placas indicativas do empreendimento de acordo com os modelos adotados pela Prefeitura, que deverão ser fixados em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços.

21.14. A empresa contratada deverá providenciar, sem ônus para a Prefeitura e no interesse da segurança dos usuários do seu próprio pessoal, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados, bem como a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas Normas da SINFRA ou DNIT, da ABNT e do Ministério do Trabalho.

21.15. O Contratado deverá manter no Canteiro de Obras, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

21.16. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

22. DOS PAGAMENTOS E DO REAJUSTAMENTO

22.1. O pagamento será efetuado após a medição dos serviços e emissão de nota fiscal, cujas particularidades são definidas em contrato.

22.2. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de nota fiscal referente à medição realizada, e quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação no certame, e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada.

22.3. O pagamento da integralidade dos valores pactuados no contrato não importará como aceitação ou recebimento definitivo da obra e dos serviços objeto desta licitação, bem como não isentará a Contratada de quaisquer responsabilidades e obrigações contratuais e extracontratuais.

22.4. Durante a vigência do contrato poderá ser realizada a revisão, reajuste ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico – financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art.124, inciso II, alínea “d”, da lei n.14.133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos, desde que aprovado pela assessoria jurídica da prefeitura.

22.5. Decorrido o prazo de 12 (Doze) meses da data do orçamento, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto, na forma do que dispõe o § 6º do art. 135 e demais legislações aplicáveis, da Lei nº. 14.133/21 e da Lei nº 10.192, de 14/02/2001.

22.6 A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, mediante aprovação da assessoria jurídica, com parecer e justificativa e embasamento legal.

22.7. Para itens do contrato que necessitam ser reajustados por mais de índice, as parcelas que compõe esses índices deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.

22.8. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.





22.9. A revisão dos preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos imprevisíveis ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração.

23. ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

23.1. Ocorrendo atraso no pagamento das parcelas, desde que o contratado não tenha dado causa, os valores serão atualizados monetariamente pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC, desde o dia imediatamente posterior a data do seu vencimento até aquele de seu efetivo pagamento.

24. DOS ADITIVOS, DA MATRIZ DE RISCO E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

24.1. O contrato regido por este edital poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art.124 da Lei Federal n.14.133/2021, desde que aprovado pela assessoria jurídica.

24.2. Da alocação de Risco

24.2.1. Matriz de Risco é cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

24.2.2. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

24.2.3. A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Risco.

25. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

25.1. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições do Contrato e as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

25.2. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

25.3. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

26- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração
- i) falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- j) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.2. As sanções aplicáveis são advertência, multa, impedimento de licitar ou contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

26.3. A sanção de multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

26.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

26.5. A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

26.7. Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no inciso II, do art. 156 da Lei nº 14.133/21, poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no art. 162 da Lei 14.133/21.

26.8. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

26.9. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo em relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

26.10. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

26.11. O processamento do processo administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

26.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

26.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

26.14. Na aplicação das sanções serão considerados: a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes;





os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.15. As sanções aplicadas serão informadas e atualizadas para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas do Estado de Mato Grosso da CGE/MT.

27. DA VISITA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS

27.1. A visita técnica poderá ser acompanhada por Engenheiro da prefeitura, que a certificará, expedindo o necessário Atestado de Visita. Esse atestado será Juntado à Documentação de Habilitação, nos termos do § 2º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

27.2. A visita deverá ser agendada com antecedência junto ao departamento de licitação da Prefeitura de Barra do Garças-MT, e deverá ocorrer até o dia útil anterior a realização do certame.

27.3. O Horário de atendimento da Prefeitura Municipal ao Público das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Qualquer informação em relação à visita poderá ser obtida através do telefone(66) 3401-2000 ramal 2052 ou 2045.

27.4. A Licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

27.5. Caso a Licitante não queira participar da visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

28.1. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

28.2. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pela Comissão de Contratação;

28.3. Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro das Licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação da(s) vencedora(s) e da manifestação da intenção de interposição de recurso(s), se for o caso;

29.4. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação e serão disponibilizados no sítio eletrônico <http://www.barradogarcas.mt.gov.br/serviços/licitações>.

29.5. A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;

29.6. No caso de eventual divergência entre o EDITAL de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

29.7. A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a extinção do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis;





29.8. A Prefeitura de Barra do Garças-MT, reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer Licitante, caso **tome conhecimento** de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da Licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza;

29.9. É facultado à Comissão de Contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo;

29.10. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a Licitante, independente de comunicação formal da prefeitura, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório;

29.11. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Barra do Garças-MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art.102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

29. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes documentos e anexos:

- I - Estudo Técnico Preliminar;
- II - Termo de Referência; Projeto Básico;
- III - Modelo de Proposta;
- IV - Modelo de Declarações;
- V – Declaração Visita Técnica;
- VI – Disponibilidade Equipamentos;
- VII - Minuta de contrato.

Barra do Garças 04 de dezembro de 2025.

Adilson Gonçalves de Macedo
Prefeito Municipal



ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. INTRODUÇÃO

Este documento corresponde à primeira etapa da fase de planejamento da contratação, servindo de base para a elaboração do Termo de Referência. O objetivo é registrar as necessidades, requisitos e justificativas para a execução da obra de construção de uma nova unidade escolar com infraestrutura completa, visando atender à demanda da comunidade do Residencial Jardim dos Ipês.

2. INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Unidade (s) Demandante (s):	Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Responsável pela Demanda:	Eliciomar Braz Pereira
Objeto:	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS

3. DO RELATÓRIO

3.1. Da Legislação aplicável:

- ✓ Lei n.º 14.133, de 2021 e legislação correlata.
- ✓ Lei Complementar n.º 123, de 2006;
- ✓ Decreto Municipal n.º 5.364/2024 (normativo específico do ETP).
- ✓ Decreto Municipal n.º 5.134/2023 (normativa categoria de bens comuns e de luxo).
- ✓ Decreto Municipal n.º 5.715/2025 (medições e exigência de prestação de garantia).

3.2. Legislação Especial, se for o caso:

- ✓ Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra;
- ✓ Lei Complementar 123/2006;
- ✓ Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- ✓ Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- ✓ Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- ✓ Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

4. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:

4.1. A contratação será realizada de forma eletrônica.

4.2. Do acesso ao orçamento estimado da contratação:



4.2.1. Na presente análise o orçamento e documentos que o instruem constam dos autos e deverão ser disponibilizados anexos ao TR ou PB, não sendo o caso de orçamento sigiloso, conforme preceitua o artigo 24, §1º da Lei 14.133/2021.

5. NATUREZA E FINALIDADE DA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

5.1. Trata-se de obra de engenharia, cujo objeto é a **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS**, onde as atividades estabelecidas são privativas das profissões de arquiteto e engenheiro. A intervenção implica na criação e organização de novo espaço físico, modificando substancialmente a área original, com o objetivo de **ampliar a infraestrutura educacional e esportiva, modernizar os equipamentos públicos, aumentar a capacidade de atendimento à população e garantir condições seguras e confortáveis aos usuários**.

5.2. A contratação tem natureza de serviços de obras de engenharia, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que toda atividade estabelecida é privativa dos profissionais legalmente habilitados, envolvendo um conjunto harmônico de ações que resultam na implantação de equipamentos educacionais e esportivos. A obra não apenas atenderá a comunidade do Residencial Jardim dos Ipês, mas também beneficiará **os bairros do entorno**, proporcionando **espaços de integração social, esportiva e cultural** que contribuirão para a melhoria da qualidade de vida, valorização urbana e fortalecimento da cidadania.

6. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1. Justifica-se esta solicitação em razão da **demanda crescente por vagas escolares e infraestrutura educacional de qualidade no município de Barra do Garças**, especialmente na região do Residencial Jardim dos Ipês. O bairro e seu entorno apresentam expressivo crescimento populacional, exigindo investimentos públicos que atendam não apenas à educação formal, mas também ao esporte, lazer e convivência comunitária.

6.2. A construção da **Unidade Escolar, Quadra Poliesportiva e Piscina** é fundamental para assegurar **condições adequadas de ensino, formação integral dos alunos, promoção da saúde e inclusão social**, oferecendo à comunidade um espaço moderno, acessível e seguro.

6.3. Além de suprir a carência de vagas escolares, o novo complexo proporcionará **benefícios diretos à comunidade local e aos bairros vizinhos**, que poderão usufruir dos espaços esportivos e de lazer, fortalecendo a integração social, a cidadania e a qualidade de vida da população

7. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. O local da execução da Obra será conforme imagem abaixo:



Imagens de fonte própria - COORDENADAS: 15°53'28.59"S / 52°16'11.78"O





7.1.1. Descrição da localidade:

Descrição do Serviço:	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS
Dimensão da Obra:	4.585,28 m ²
Local da Obra:	RUA SAO PAULO COM RUA PRIMAVERA E RUA OTACILIO DOS SANTOS NETO, quadra 58, lotes 01, Bairro Jardim dos Ipês, Barra do Garças -MT.
Coordenadas Geográficas:	15°53'28.59"S / 52°16'11.78"O

8. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

8.1. O objeto estudado está previsto no Plano de Contratação Anual em razão do instrumento já encontrar-se em processo de estudos e implantação no Município, desde 2024.

9. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. O presente estudo registra os principais requisitos para a contratação, conforme abaixo:

9.1.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência;

9.1.2. A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art. 2º, inciso VI da Lei n. 14.133/2021;

9.1.3. Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

9.1.4. O canteiro de obras deverá atender às normas de segurança do trabalho (NRs do MTE) e contemplar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, com descarte ambientalmente adequado.

9.1.5. A contratada deverá cumprir integralmente as **normas de acessibilidade (ABNT NBR 9050 e correlatas)**, garantindo o uso seguro e inclusivo dos espaços da escola, quadra e piscina.

10. DA FORMA DE GARANTIA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

10.1. Garantia e Responsabilidade

10.1.1. A responsabilidade do contratado pela solidez, segurança e funcionalidade dos materiais e serviços executados, bem como pela adequação da construção, reforma, recuperação ou ampliação do bem imóvel, perdurará pelo prazo mínimo de **5 (cinco) anos**, contados a partir da data do **recebimento definitivo da obra**. Durante esse período, o contratado responderá **objetivamente** por quaisquer vícios, defeitos ou incorreções que venham a ser constatados, sendo-lhe exigido proceder, às suas expensas, às devidas correções ou substituições necessárias para assegurar o pleno atendimento às especificações contratuais e normativas aplicáveis.



10.1.2. Em caso de constatação de falhas, vícios ou defeitos que comprometam a integridade ou o funcionamento da construção, o contratado deverá realizar, às suas próprias expensas, a **reparação, correção, reconstrução ou substituição** necessárias para que o imóvel esteja em conformidade com as especificações contratuais, com segurança e funcionalidade adequadas.

10.1.3. A responsabilidade do contratado permanecerá intacta durante o período de garantia, sendo exigida a correção de eventuais problemas sem custos adicionais para a Administração Pública, independentemente da identificação do defeito, mesmo que este surja em período posterior ao recebimento da obra.

10.2. Condições de Manutenção e Assistência Técnica

10.2.1. Durante o prazo de garantia, a empresa contratada deverá oferecer **assistência técnica** em caso de defeitos ou problemas relacionados à obra, sem custos para a Administração Pública. A manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e componentes que apresentarem defeitos ou falhas deverá ser realizada de forma contínua, garantindo que a obra se mantenha em perfeitas condições de uso.

10.2.2. Além disso, o contratado deverá manter uma equipe técnica qualificada disponível para atender a quaisquer necessidades de reparação ou substituição de materiais, conforme as exigências do contrato e os padrões de qualidade estabelecidos.

10.2.3. Essas condições visam assegurar a durabilidade, funcionalidade e segurança da obra de reforma da creche, oferecendo à Administração Pública a confiança de que o espaço educacional será mantido em condições adequadas durante todo o período de garantia, garantindo, assim, o bom uso pelas crianças, equipe pedagógica e comunidade escolar, bem como a preservação do patrimônio público destinado à educação infantil.

11. REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO:

11.1. Definição do local de execução dos serviços, a saber: conforme endereço indicado no item 7.1 deste documento;

11.2. Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;

11.3. Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

11.4. Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

11.5. Empresa de engenharia para execução de serviços de reforma de edificação em alvenaria com estrutura de concreto, conforme quantitativos previstos nos projetos;

11.6. Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

11.7. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA/ CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;



- 11.8. Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- 11.9. Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;
- 11.10. Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe.

12. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

- 12.1. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

13. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

- 13.1. Os quantitativos para a contratação dos serviços relativos à **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS** foram obtidos a partir dos projetos de engenharia e planilhas orçamentárias detalhadas, elaboradas com base no **SINAPI – dezembro/2024**, garantindo precisão e conformidade com as normas técnicas da ABNT.

14. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

- 14.1. Da modalidade de licitação “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA”.

- 14.1.1. A presente contratação adotará como regime de execução **empreitada por preço global**, por se tratar de obra cujo escopo encontra-se integralmente definido em projetos, memoriais e planilha orçamentária. Nessa modalidade, o contratado assume a obrigação de realizar a obra pelo valor fixado no contrato, independentemente de variações de quantitativos, o que assegura maior previsibilidade orçamentária e simplificação no acompanhamento da execução. O regime por preço global é o mais adequado para empreendimentos de grande porte e complexidade já devidamente projetados, garantindo maior eficiência administrativa e segurança financeira para a Administração. A fundamentação legal está no art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

- 14.1.2. A escolha da modalidade **Concorrência Eletrônica** se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, além da possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto licitado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021

- 14.1.3. A Concorrência, definida no art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é adequada para a contratação de bens e serviços especiais, bem como de obras e serviços comuns de



engenharia. Nessa modalidade, a disputa de preços ocorre entre quaisquer interessados que comprovem preencher os requisitos de qualificação técnica, jurídica, fiscal e econômico-financeira exigidos pelo edital.

15. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO”

15.1. Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto.

15.2. Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço.

15.3. A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

16. DO REGIME “EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL”

16.1. Do regime de execução “EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL”, conforme art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A Lei nº 14.133/2021 define no art. 6º, inciso VIII, que a empreitada por preço global é aquela em que se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total, sendo o contratado responsável pela entrega integral do objeto conforme projetos, especificações e demais elementos que compõem a contratação. Nesse regime, o valor da obra é fixado globalmente no contrato, independentemente de eventuais variações nos quantitativos dos serviços previstos.

16.3. Com base no art. 46, §1º, a escolha pelo regime de execução por **empreitada por preço global** é recomendada quando o objeto se encontra suficientemente caracterizado em seus projetos e especificações técnicas, como no caso da **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR E QUADRA POLIESPORTIVA RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS**, cujo orçamento, memoriais e planilhas já permitem definir com precisão os custos da execução. A sistemática de medição e pagamento será associada às etapas de execução previstas no **cronograma físico-financeiro**, sem prejuízo do valor global previamente fixado.

17. DO FRACIONAMENTO DO LOTE

17.1. A contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma única empresa considerando a completitude do projeto e a sua média complexidade. A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e





soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP

18.1. A participação exclusiva de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) não será aplicável à presente contratação, tendo em vista que:

- O valor estimado da licitação ultrapassa o limite previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014;
- O objeto da contratação refere-se à execução de obra pública de engenharia não divisível, o que impede o fracionamento ou a reserva de lotes para tratamento diferenciado.

18.2. A fragmentação do objeto, para fins de reserva de participação exclusiva, poderia comprometer a continuidade, a coordenação técnica e a eficácia da execução da obra, considerando a necessidade de integração plena entre as diversas etapas e sistemas previstos no projeto.

18.3. Ressalta-se que a vedação à participação exclusiva de ME e EPP não impede a livre concorrência, sendo garantido o direito de participação dessas empresas desde que atendam aos critérios de habilitação definidos no edital e apresentem capacidade técnica compatível com o objeto a ser executado.

19. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

19.1. Não se aplica, ressaltando que, a vedação à participação de empresas consorciadas visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que individualmente poderiam prestar os serviços reduziria o número de licitantes e poderia eventualmente, proporcionar a formação dos conluíus ou acordos para manipular os preços nas licitações. Desse modo, visando estimular a competição e possibilitar uma maior diversidade de propostas não será permitida a participação de empresas em consórcio.

20. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS

20.1. Não se aplica. A não participação de empresas estrangeiras na licitação para a **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR E QUADRA POLIESPORTIVA RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS** se justifica pela necessidade de priorizar o desenvolvimento econômico local e regional, além de garantir maior segurança e controle na execução das obras realizadas com recursos públicos.

20.2. A legislação brasileira estabelece que, em contratos administrativos, deve-se observar a preferência por empresas nacionais, especialmente em obras que envolvem infraestrutura pública essencial e impactam diretamente o bem-estar da população.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, **até o limite de 25% do valor total do contrato**. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

21.2. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.



21.3. Em atenção ao disposto no §3º do art. 122 da Lei n.º 14.133, de 2021, é vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

22. DA VISTORIA

22.1. A visita técnica poderá ser acompanhada por Engenheiro da prefeitura, que a certificará, expedindo o necessário Atestado de Visita. Esse atestado será Juntado à Documentação de Habilitação, nos termos do § 2º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. A visita deverá ser agendada com antecedência junto ao departamento de licitação da Prefeitura de Barra do Garças-MT, e deverá ocorrer até o dia útil anterior a abertura da proposta.

22.3. A Licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

22.4. Caso a Licitante não queira participar da visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

23. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO:

23.1. A vigência do contrato terá início com a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado e perdurará pelo prazo de **24 (vinte e quatro) meses** contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

23.2. O prazo para a execução da obra será de **18 (dezoito) meses**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelecido no **Cronograma Físico-Financeiro** integrante deste Estudo Técnico Preliminar.

23.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- II. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- III. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- IV. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- V. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

23.4. Quando do recebimento da referida Ordem de Serviço, a empresa contratada deverá apresentar à Prefeitura, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, do(s) engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) e do(s) preposto(s) indicados pela empresa para a licitação.



- 23.5. Poderão ser realizados acréscimo ou supressões nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.
- 23.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 23.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 23.8. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 23.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

24. DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATAÇÃO:

- 24.1. Será exigida da contratada a prestação de **garantia contratual exclusivamente na modalidade de seguro-garantia**, nos termos do Decreto Municipal nº 5.715/2025, no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, com validade durante todo o período de execução dos serviços, devendo ser renovada nas eventuais prorrogações contratuais.
- 24.2. A contratada deverá apresentar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, a apólice do seguro-garantia (inclusive em formato digital), emitida por seguradora legalmente autorizada pela SUSEP. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração.
- 24.3. O seguro-garantia deverá permanecer válido durante toda a vigência contratual, sendo renovado a cada prorrogação e, se necessário, complementado em caso de acréscimos contratuais, conforme o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 24.4. A garantia deverá permanecer válida durante **toda a vigência contratual**, sendo **renovada a cada prorrogação** e, se necessário, **complementada em caso de acréscimos contratuais**, conforme o disposto no art. 125 da mesma lei.
- I. Ter livre acesso às instalações onde se execute o contrato principal;
 - II. Acompanhar a execução e realizar auditorias técnicas e contábeis;
 - III. Requerer esclarecimentos ao responsável técnico;
 - IV. Subcontratar, total ou parcialmente, a conclusão do contrato;
 - V. Receber a emissão de empenho em seu nome, ou de empresa indicada, desde que demonstrada a regularidade fiscal.
- 24.5. Na hipótese de inadimplemento:
- I. Caso a seguradora assuma a execução e conclua a obra, ficará isenta de pagar a importância segurada indicada na apólice;
 - II. Caso não assuma a execução, deverá pagar a integralidade da importância segurada à Administração.
- 24.6. O seguro-garantia deverá assegurar o pagamento de:
- I. Prejuízos decorrentes do descumprimento contratual;
 - II. Danos causados à Administração ou a terceiros;
 - III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela contratante;
 - IV. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias não adimplidas pela contratada, quando cabíveis.



- 24.7. No caso de **seguro-garantia**, deverá ser apresentada a **apólice (inclusive em formato digital)** emitida por seguradora legalmente autorizada pela **SUSEP**. A validade da apólice poderá ser confirmada pela contratante por meio de consulta ao site da SUSEP: <https://www.gov.br/susep/pt-br>

25. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 25.1. A estimativa de preços da contratação é compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e orçamentos de engenharia, utilizando como referência os custos do **SINAPI (dezembro/2024)**, mantido pela Caixa Econômica Federal e IBGE, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
- 25.2. Os quantitativos, delineado em projeto, foram determinados pelo levantamento dos serviços, realizados de acordo com o Projeto Executivo. Os preços unitários adotados, foram os do SINAPI. As especificações dos serviços, orçamento, foram elaborados baseado nas normativas vigentes SINAP.
- 25.3. O valor total estimado para a contratação da **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS** é de **R\$ 20.374.790,57 (vinte milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos)**, conforme planilha orçamentária consolidada.

26. ÍNDICE DE REAJUSTE ADOTADO PARA CONTRATAÇÃO E INDICAÇÃO DO PERÍODO PARA O REAJUSTAMENTO:

- 26.1. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Não havendo estes, aplicar outro índice compatível.

27. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ESPECÍFICOS PARA A CONTRATAÇÃO:

27.1. Habilitação fiscal/social/trabalhista:

- 27.1.1. Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços. Dentre os demais requisitos elencados pela Lei 14.133/21, citados no artigo 62.

27.2. Especificidades da habilitação, se for o caso (art. 62 a 70 da NLL):

- 27.2.1. Apresentar atestados técnicos operacionais que comprovem a atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título qualificação técnica, nos termos do art. 62, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) **Certificado de registro (pessoa jurídica):** comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
- b) **Certificado de registro (pessoa física):** comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de todos os profissionais técnicos que participarão na condução dos



serviços contratados, devendo constar no mínimo um Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista.

- c) **Capacidade operacional (pessoa jurídica):** atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa/consórcio licitante em atividades compatíveis com o objeto licitado, devendo conter no mínimo (admitindo-se a soma de atestados);
- d) **Capacidade profissional (pessoa física):** certidão de acervo técnico (CAT) do responsável técnico da licitante (devidamente atestado pelo CREA/CAU), que comprove execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado, devendo conter no mínimo:

Código	Peso na Planilha	Serviços Executados	Proposta 100%	Referência 50%
ATLY EST 015	7,79%	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE LAJES ALVEOLARES PARA EDIFÍCIOS DE ATÉ 2 PAVIMENTOS, INCLUSO IÇAMENTO COM GUINDASTÉ	291,96 m ³	145,98 m ³
ATLY PISC 001	4,77%	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AZULEJO 15,5x15,5cm BRILHANTE AZUL PISCINA EXTRA	694,60 m ²	347,30 m ²
ATLY CIV 026	4,72%	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO CHAPA/CHAPA	4.164,78 m ²	2.082,39 m ²
ATLY EST 014	4,30%	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VIGAS PRÉ-FABRICADAS PARA EDIFÍCIOS DE ATÉ 2 PAVIMENTOS, INCLUSO IÇAMENTO COM GUINDASTÉ	134,12 m ³	67,06 m ³
ATLY EST 016	4,13%	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAINÉIS ESTRUTURAIS PRÉ-FABRICADOS PARA EDIFÍCIOS DE ATÉ 2 PAVIMENTOS, INCLUSO IÇAMENTO COM GUINDASTE	163,31 m ³	81,66 m ³

Obs: Quantidade mínima é 50% da quantidade que será exigida.

27.2.2. Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da (s) certidão (ões) e/ou atestado (s):

- I. Nome do contratado e do contratante;
 - II. Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
 - III. Localização e data da realização da obra;
 - IV. Serviços executados e quantitativos;
 - V. Vínculo Empregatício: Apresentar comprovação de vínculo empregatício de cada profissional técnico que participará da condução dos serviços contratados.
- a) Será exigida, ainda, a apresentação de prova de registro ou inscrição do(s) responsável(is) técnico(s) no CREA ou CAU, conforme o caso, sendo vedada a indicação de um mesmo profissional para mais de uma licitante, sob pena de inabilitação das envolvidas. Os profissionais indicados para a execução dos serviços deverão integrar o quadro técnico da empresa, devidamente registrados na respectiva autarquia de classe. Não será aceita declaração de contratação futura. As áreas técnicas obrigatórias mínimas para a execução do objeto contratual são:
- Engenheiro Civil;
 - Arquiteto;



- Engenheiro Eletricista;
- Engenheiro de Segurança do Trabalho.

A comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa licitante deverá ser feita por meio do contrato social (se sócio) ou da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (CRQ Empresa).

28. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO

28.1. O presente estudo refere-se à **contratação de empresa especializada para execução da obra de CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS, no município de Barra do Garças-MT**, incluindo mão de obra, equipamentos e materiais necessários, conforme condições e especificações constantes nos documentos técnicos anexos. A contratação contempla a execução integral da obra, de acordo com os projetos arquitetônicos, estruturais, complementares e memoriais descritivos, prevendo, entre outros, os seguintes serviços:

- **Administração da Obra;**
- **Serviços Iniciais e Mobilização;**
- **Movimento de Terra, Corte, Aterro e Regularização;**
- **Fundações e Estrutura Pré-moldada (blocos escolares e refeitório);**
- **Superestrutura em Concreto Armado e Metálica;**
- **Sistema de Vedação Vertical (alvenarias e divisórias);**
- **Esquadrias metálicas e de alumínio;**
- **Sistemas de Cobertura (blocos escolares, refeitório e quadra poliesportiva);**
- **Revestimentos internos e externos;**
- **Sistemas de Pisos internos, externos e pavimentação de áreas externas;**
- **Instalações Hidrossanitárias;**
- **Instalações Elétricas prediais e especiais;**
- **Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio;**
- **Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);**
- **Louças e Metais;**
- **Instalações de Rede Estruturada e Cabeamento;**
- **Urbanização, Paisagismo e Acessibilidade;**
- **Execução da Quadra Poliesportiva coberta com arquibancadas e alambrados;**
- **Construção da Piscina e Casa de Máquinas;**
- **Construção dos Vestiários e Apoios;**
- **Serviços Complementares diversos.**

28.2. A solução proposta consiste na entrega integral da **Unidade Escolar e Quadra Poliesportiva do Residencial Jardim dos Ipês**, mediante a disponibilização de mão de obra qualificada, materiais e equipamentos adequados à execução dos trabalhos, assegurando conformidade técnica, eficiência construtiva e atendimento às normas legais e de acessibilidade vigentes.

29. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO-PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

29.1. O parcelamento da solução **não é recomendável** do ponto de vista da eficiência técnica, uma vez que o gerenciamento da obra da **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR E QUADRA POLIESPORTIVA RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS** deve ficar sob a responsabilidade de um único contratado. Isso possibilita maior controle sobre a execução dos serviços pela Administração, concentrando a responsabilidade técnica e contratual em uma única pessoa jurídica.





29.2. Considerando a natureza da obra, que envolve a execução integrada de blocos educacionais, quadra poliesportiva, piscina, áreas externas e sistemas complementares, a divisão dos serviços não é viável tecnicamente, pois as etapas são interdependentes. Um eventual atraso em determinada fase impactaria diretamente as demais, comprometendo o andamento do cronograma e a entrega do empreendimento dentro do prazo estabelecido.

29.3. Do ponto de vista econômico, o parcelamento também não se mostra vantajoso, uma vez que obras de maior porte tendem a ter custos reduzidos pela economia de escala, com diluição das despesas administrativas e otimização do aproveitamento dos recursos.

29.4. A divisão da obra poderia resultar em fragmentação do objeto, perda de competitividade efetiva e aumento dos custos indiretos. Além disso, a maior parte dos serviços demandados pertence ao mesmo ramo da construção civil, o que reforça a inviabilidade de fracionamento.

29.5. Portanto, recomenda-se que a contratação seja realizada de forma integral, abrangendo todos os serviços previstos no projeto, de modo a garantir a economicidade, a eficiência técnica e a correta entrega do empreendimento como um todo.

30. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

30.1. Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta que ofereça a contratação mais vantajosa para o Município de Barra do Garças – MT, no que tange à **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS**.

30.2. Almeja-se garantir o tratamento isonômico entre os licitantes e promover a justa competição, evitando a contratação com sobrepreço, preço inexequível ou superfaturamento na execução do contrato.

30.3. A contratação decorrente deste processo licitatório exigirá da empresa vencedora o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso de recursos e para a redução de impactos ambientais durante a execução da obra.

30.4. A **execução da unidade escolar, quadra poliesportiva e piscina** proporcionará um expressivo aumento na capacidade de atendimento educacional do município, além de disponibilizar infraestrutura moderna para práticas esportivas, atividades pedagógicas e comunitárias, garantindo ambientes seguros, acessíveis e adequados ao desenvolvimento integral dos alunos e ao fortalecimento da convivência social.

30.5. A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação, no Projeto de Engenharia e no Termo de Referência, garantindo a execução conforme as normas técnicas aplicáveis.

30.6. A contratação deverá resultar na execução eficiente e de qualidade dos serviços previstos, assegurando o atendimento aos prazos e a entrega de um **equipamento público educacional e esportivo completo**, atendendo às expectativas da administração pública e da população, além de beneficiar diretamente a comunidade do Jardim dos Ipês e bairros vizinhos.

31. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO



31.1. Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- I. Relatório circunstanciado contendo a descrição e avaliação da opção selecionada, elaborado pela autoridade competente (§ 5º do art. 40 da Lei 14.133/21);
- II. Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;
- III. Elaboração do Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;
- IV. Elaboração do Memorial Descritivo, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços;
- V. Aprovação do Projeto;
- VI. Elaboração do Edital de Licitação, entre outros.

32. PARA O PROCESSAMENTO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA E EXECUÇÃO DO CONTRATO CABERÁ A CONTRATANTE:

- 32.1. Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- 32.2. Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- 32.3. Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.
- 32.4. Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.
- 32.5. No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei n.14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:
- 32.6. Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.
- 32.7. Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.
- 32.8. Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

33. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

33.1. Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

34. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS



34.1. O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.

34.2. Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT. No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

34.3. Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

34.4. Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se como obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

34.5. Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

34.6. Diante disso, na execução da construção deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

35. MAPA DE RISCOS

35.1. O mapa de risco da contratação será retratado no tópico abaixo, por meio do documento elaborado para a identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de Concorrência Eletrônica, contendo as ações de controle, prevenção e mitigação de impactos, materializando-se no mapa de risco da contratação.





35.2. Fase – Gestão contratual e execução do objeto contratado:

RISCO 1: EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL EM DESACORDO COM O CONTRATO		
DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Falha no atendimento das necessidades da PREFEITURA Solução diversa da proposta nos instrumentos convocatórios	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalização diária a ser realizada pela CONTRATANTE. Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade.	PREFEITURA
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA SETOR RESPONSÁVEL	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades contratuais.	PREFEITURA
RISCO 2: ATRASOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO OU BAIXA PRODUTIVIDADE		
DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Aumento do custo e demora na entrega da obra. Descontinuidade dos serviços.	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	
AÇÕES PREVENTIVAS SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalização diária a ser realizada pela CONTRATANTE.	PREFEITURA
	Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade.	
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalização Mensal, trimestral ou semestral a ser realizada pela CONTRATANTE.	PREFEITURA
RISCO 3: PERÍODOS DE CHUVA FORA DA PREVISIBILIDADE LOCAL		
DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Aumento de custos e atraso no cronograma por caso fortuito ou força maior.	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	
AÇÕES PREVENTIVAS SETOR RESPONSÁVEL	Não Há	PREFEITURA
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA SETOR RESPONSÁVEL	Caberá a CONTRATANTE análise das circunstâncias e ações possíveis...	PREFEITURA
RISCO 4: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEM CAPACIDADE DE EXECUTAR O CONTRATO		
DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Dificuldades na execução contratual, com o não cumprimento adequado do objeto.	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	
AÇÕES PREVENTIVAS SETOR RESPONSÁVEL	Realizar análise criteriosa da qualificação técnica e econômico-financeira da empresa.	PREFEITURA
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Avaliar adequadamente a empresa.	PREFEITURA
RISCO 5: EXECUÇÃO DO OBJETO EM DESACORDO COM O CONTRATO		



DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Não atendimento da demanda do órgão.	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	
AÇÕES PREVENTIVAS / SETOR RESPONSÁVEL	Realização de	PREFEITURA
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA SETOR RESPONSÁVEL	Capacitação da equipe de fiscalização	PREFEITURA
RISCO 6: FALTA DE PAGAMENTO À CONTRATADA		
DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual.	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	
AÇÕES PREVENTIVAS SETOR RESPONSÁVEL	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato.	PREFEITURA
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA SETOR RESPONSÁVEL	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de desembolso do órgão.	PREFEITURA

35.3. Os fatores de risco elencados acima que se caracterizarem como risco do empreendimento, correrão por conta do Contratado até o momento de entrega da obra, devendo estar previstos no Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), em item único e próprio, visto que o BDI é o elemento orçamentário destinado a cobrir as despesas não diretamente relacionadas à execução do objeto Contratado, como a cobertura de riscos eventuais do empreiteiro.

35.4. No caso de atrasos na execução do contrato caso fique constatado culpa exclusiva do CONTRATADO deve ser providenciada a dedução dos serviços previstos no cronograma físico financeiro e, se for o caso providenciar o devido ressarcimento.

35.5. O cronograma físico-financeiro deverá estar atualizado com a execução contratual, de modo que seja possível visualizar o acompanhamento da programação feita para a obra, em caso de atrasos significativos deverá ser providenciado termo aditivo para atualizá-lo.

36. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

36.1. Trata-se de ação típica de engenharia, em que os serviços são padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, abrangendo a construção civil de grande porte, voltada à edificação de equipamentos públicos de uso coletivo.

36.2. As experiências anteriores com obras semelhantes demonstram que a contratação é viável e apresenta alta probabilidade de alcançar os resultados pretendidos, especialmente no que diz respeito à ampliação e modernização da rede de ensino e da infraestrutura esportiva do município.

36.3. Assim, após o planejamento detalhado neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), conclui-se que é viável a obtenção do objeto, sendo ele a **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR E QUADRA POLIESPORTIVA RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS**, mediante a contratação de empresa especializada, conforme as condições e especificações previstas, por meio da modalidade **Concorrência Eletrônica**, no regime de execução **empreitada por preço global**.





37. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 37.1. O pagamento será efetuado após a medição dos serviços e emissão de nota fiscal, cujas particularidades são definidas em contrato.
- 37.2. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de nota fiscal referente à medição realizada, e quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação no certame, e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada.
- 37.3. O pagamento da integralidade dos valores pactuados no contrato não importará como aceitação ou recebimento definitivo da obra e dos serviços objeto desta licitação, bem como não isentará a Contratada de quaisquer responsabilidades e obrigações contratuais e extracontratuais.
- 37.4. Durante a vigência do contrato poderá ser realizada a revisão, reajuste ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico – financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art.124, inciso II, alínea “d”, da lei n.14.133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos, desde que aprovado pela assessoria jurídica da prefeitura.
- 37.5. Decorrido o **prazo de 12 (doze) meses a partir da data-base do orçamento utilizado** para a contratação, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual com base no **Índice Nacional da Construção Civil – INCC**, refletindo a variação efetiva dos custos de produção ou dos insumos empregados na execução do objeto, conforme previsto no § 6º do art. 135 e art. 136 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001.
- 37.6. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, mediante aprovação da assessoria jurídica, com parecer e justificativa e embasamento legal.
- 37.7. Para itens do contrato que necessitam ser reajustados por mais de índice, as parcelas que compõe esses índices deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.
- 37.8. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.
- 37.9. A revisão dos preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos imprevisíveis ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração.

37.10. Do Pagamento:

- 37.10.1. O pagamento, decorrente da execução do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação;
- 37.10.2. documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada;
- 37.10.3. Fica estabelecido que o primeiro pagamento somente será realizado **após a execução mínima de 25% (vinte e cinco por cento)** do objeto contratual, devidamente atestada por





medição da fiscalização da contratante, acompanhada da respectiva nota fiscal. Até que se atinja este percentual, não será efetuado qualquer repasse financeiro à contratada.

37.10.4. Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá notificar para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

37.10.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;

37.10.6. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras;

37.10.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;

37.10.8. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável;

37.10.9. Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

37.10.9.1. Não produziu os resultados acordados ou deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

37.10.9.2. Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele.

38. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

38.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

38.2. O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato, o município desenvolveu o Plano Básico de Fiscalização, inserindo as ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item “gerenciamento de riscos” do relatório do estudo técnico.

38.3. No Plano Básico de Fiscalização – PBF, consta transcrito integralmente os principais atos da fiscalização como a forma de recebimentos provisório/definitivo, notificação, dentre outros, não podendo o contratado alegar desconhecimento do PBF.

38.4. Para a efetividade e eficiência da execução contratual, o contratado deverá apresentar preposto devidamente qualificado e manter atualizado o seu contato eletrônico, sendo que a comunicação entre a equipe de fiscalização e o preposto se dará principalmente por via de e-mail informados no contrato, sendo de responsabilidade da contratada manter o endereço eletrônico atualizado.





38.5. Os recebimentos serão formalizados em termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, sendo apurado, ao final de cada período de faturamento o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

38.6. Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

38.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

38.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

38.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste estudo e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

38.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

38.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90(noventa) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

38.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

38.12. Havendo ações específicas ao objeto necessárias à fiscalização do contrato, estas constarão do item "Do Gerenciamento de Riscos" no relatório do ETP, se for o caso, e na minuta do contrato.

38.13. Tendo sido formalizada matriz de risco (divisão dos riscos verificados entre as partes), esta constará como anexo deste Estudo Técnico preliminar OU do Projeto Básico (quando houver).

39. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

39.1. Em anexo constam as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referentes aos projetos, memoriais e orçamentos da obra **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR E QUADRA POLIESPORTIVA RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS**, conforme discriminados a seguir:



- a) PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ACESSIBILIDADE, ORÇAMENTO, PAISAGISMO, CABEAMENTO ESTRUTURADO, INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, ÁGUAS PLUVIAIS E GÁS:
Responsável Técnica: **Arquiteta e Urbanista Karina dos Santos Moura – CAU/BR nº A2810336.**
- b) PROJETOS DE TERRAPLENAGEM, ESTRUTURA DE CONCRETO, ESTRUTURA METÁLICA, FUNDAÇÕES, INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, ELÉTRICAS, PLUVIAIS, GÁS, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, SPDA, PRÉ-MOLDADOS E LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS:
Responsável Técnico: **Eng. Civil Jhonatan Conceição dos Santos – CREA-MT nº 47792.**
- c) PROJETOS DE TERRAPLENAGEM, ESTRUTURAS, FUNDAÇÕES, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, SPDA, HIDROSSANITÁRIAS, GÁS E PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, BEM COMO ORÇAMENTOS COMPLEMENTARES:
Responsável Técnico: **Eng. Civil Vinicius Girardi Geiss – CREA-MT nº 57794.**

40. DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP

40.1. Conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, estabelece a obrigatoriedade da transparência e publicidade nos processos de contratação pública. Dessa forma, a publicação desse Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é essencial para assegurar conformidade legal, transparência, controle social e eficiência administrativa.

41. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

41.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE DE RECURSOS	
Recurso: <input type="checkbox"/> Municipal <input checked="" type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	
Dotação orçamentária: 28.003.12.361.0104.1295.4.4.90.51.00.00	
Programa:	0104 EDUCAÇÃO PARA TODOS COM QUALIDADE E DEMOCRÁTICA
Ação:	1295 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA E QUADRA POLIESPORTIVA RESI. JARDIM DOS IPÊS
Fonte de recurso:	1.701.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS OU INSTRUMENTOS CONGENERES DOS ESTADOS
Cód. Reduzido:	1915
Projeto Atividade:	1295 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA E QUADRA POLIESPORTIVA RESI. JARDIM DOS IPÊS
Elemento de Despesa:	4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES



FONTE DE RECURSOS	
Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	
Dotação orçamentária: 28.003.12.361.0104.1295.4.4.90.51.00.00	
Programa:	0104 EDUCAÇÃO PARA TODOS COM QUALIDADE E DEMOCRÁTICA
Ação:	1295 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA E QUADRA POLIESPORTIVA RESI. JARDIM DOS IPÊS
Fonte de Recurso:	1.500.1001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
Cód. Reduzido:	1918
Projeto Atividade:	1295 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA E QUADRA POLIESPORTIVA RESI. JARDIM DOS IPÊS
Elemento de Despesa:	4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

42. DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS E COMPLEMENTARES

- I. Projeto Básico e seus anexos;
- II. Memoriais;
- III. Planilhas de composição de custos SINAPI/SICRO;
- IV. Planilha de Quantitativos de Custos Unitários;
- V. Planilha de Composição de Custos Unitários;
- VI. Planilha de Composição de BDI;
- VII. Planilha de Composição de Encargos Sociais e Trabalhistas;
- VIII. Cronograma Físico e Financeiro;
- IX. Matriz de riscos;
- X. Licenças ambientais pertinentes;
- XI. Minuta de contrato.

43. DA EQUIPE TÉCNICA

43.1. O Estudo Técnico foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Alessandra Peres
Responsável Pelo ETP

44. DA CIÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

44.1. Recebido o presente estudo, verifico que ele está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão, no mais, atende as demandas formuladas da melhor maneira, pelo **que autorizo a contratação nos termos concluídos pela equipe técnica de planejamento.**

Barra do Garças/MT, 19 de novembro de 2025.

Eliciomar Braz Pereira
Secretário de Educação, Esporte e Lazer
Portaria n° 21.823 de 01/01/2025



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA
Obras/Serviços de Engenharia

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** da **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS**, utilizando como parâmetro o relatório em que constam as justificativas para a contratação, a definição da solução adotada e a materialização do planejamento, encontrando-se este em anexo.

Somado às presentes exigências, deverão ser observadas, pelos interessados em apresentar propostas, as disposições constantes no **Edital de Licitação** e no **Projeto Básico** respectivos, que integram este processo.

1. DO OBJETO

1.1. A contratação de serviços de engenharia para atender a demanda do Município de Barra do Garças-MT, conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2.

1.1.1. Esta contratação dar-se-á em regime de empreitada por preço global, para a contratação de empresa especializada na execução da **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS**, no município de Barra do Garças-MT.

1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

Item	Cód. Item	Descrição dos serviços	Un. de Medida	Qtde	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	87702	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS.	UN	1	R\$ 20.374.790,57	R\$ 20.374.790,57

2. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art.6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto nº 5383, não se caracterizando como bem de luxo.

3. DA JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Conforme detalhado no relatório do **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, a **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS** é necessária diante da crescente demanda por vagas escolares e pela falta de infraestrutura educacional e esportiva adequada no município de Barra do Garças-MT.

3.2. A obra proporcionará ampliação da capacidade de atendimento educacional, oferta de espaços modernos para atividades pedagógicas, esportivas e comunitárias, bem como garantirá condições de acessibilidade e segurança, atendendo às normas técnicas vigentes.

3.3. Além de beneficiar diretamente os moradores do **Residencial Jardim dos Ipês**, o empreendimento também atenderá **bairros vizinhos**, contribuindo para a inclusão social, a valorização urbana e a melhoria da qualidade de vida da população.



3.4. A contratação está devidamente prevista nos instrumentos orçamentários do município.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo, como já informado no ETP, refere-se à contratação de empresa especializada em serviços de engenharia necessários à execução da **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS**, incluindo mão de obra, equipamentos e materiais necessários, conforme condições e especificações constantes nos documentos técnicos anexos. A contratação destina-se à execução integral do empreendimento, contemplando os seguintes serviços principais:

- Administração da Obra e Serviços Preliminares;
- Movimento de Terra, Corte, Aterro e Regularização do Terreno;
- Execução de Fundações;
- Estrutura Pré-Moldada (blocos escolares e refeitório);
- Estrutura em Concreto Armado e Estrutura Metálica;
- Sistemas de Vedação Vertical (alvenarias e divisórias);
- Esquadrias metálicas e de alumínio;
- Sistemas de Cobertura (blocos, refeitório e quadra poliesportiva);
- Revestimentos internos e externos;
- Sistemas de Pisos internos, externos e pavimentação de áreas externas;
- Instalações Hidrossanitárias;
- Drenagem de Águas Pluviais;
- Instalações Sanitárias;
- Louças e Metais;
- Instalações de Gás Combustível;
- Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio;
- Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);
- Instalações Elétricas prediais e especiais;
- Instalações de Rede Estruturada e Cabeamento;
- Urbanização, Paisagismo e Acessibilidade;
- Construção da Quadra Poliesportiva coberta, com arquibancadas e alambrados;
- Construção da Piscina e Casa de Máquinas;
- Construção de Vestiários e Apoios;
- Serviços Complementares e Acabamentos Finais.

Conforme estudado no relatório do ETP, a solução como um todo estabelece os requisitos abaixo:

4.1. Da Sustentabilidade:

A contratada deverá adotar as seguintes práticas na execução do contrato:

4.1.1. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão observar critérios de sustentabilidade ambiental, com foco na **utilização racional de recursos naturais e insumos**, evitando o desperdício de materiais, o consumo excessivo de água e energia elétrica, bem como a geração desnecessária de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos.

4.1.2. Sempre que tecnicamente viável, deverá ser priorizada a **utilização de fontes de energia renovável**, materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental, e técnicas construtivas que





reduzam a pegada ecológica da obra.

4.1.3. A contratada será responsável por garantir o **manejo seguro de ferramentas, máquinas e produtos inflamáveis ou perigosos**, conforme a legislação vigente do Ministério do Trabalho e normas de segurança aplicáveis, especialmente no que tange à proteção dos trabalhadores.

4.1.4. Todos os resíduos e rejeitos gerados durante a execução da obra deverão ser devidamente **identificados, separados, removidos e destinados de forma ambientalmente adequada**, conforme diretrizes da **Resolução CONAMA nº 307/2002** e demais normas pertinentes.

4.1.5. Caberá à contratada zelar pelo cumprimento das normas ambientais, sanitárias e de segurança, sendo **responsável por eventuais danos ou omissões** decorrentes da má gestão de resíduos, da utilização de materiais inadequados ou de práticas lesivas ao meio ambiente.

4.2. Do Consórcio

4.2.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, ressaltando que, a vedação à participação de empresas consorciadas visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que individualmente poderiam prestar os serviços reduziria o número de licitantes e poderia eventualmente, proporcionar a formação dos conluíus ou acordos para manipular os preços nas licitações. Desse modo, visando estimular a competição e possibilitar uma maior diversidade de propostas não será permitida a participação de empresas em consórcio.

4.3. Da Vistoria

4.3.1. A visita técnica poderá ser acompanhada por Engenheiro da prefeitura, que a certificará, expedindo o necessário Atestado de Visita. Esse atestado será Juntado à Documentação de Habilitação, nos termos do § 2º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.2. A visita deverá ser agendada com antecedência junto ao departamento da Secretária de Desenvolvimento Urbano e Sustentável da Prefeitura de Barra do Garças-MT, e deverá ocorrer até o dia útil anterior a abertura da sessão.

4.3.3. A Licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

4.3.4. Caso a Licitante não queira participar da visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

4.3.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.4. Da Subcontratação

4.4.1. Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 25% do valor total do contrato. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.





4.4.2. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4.3. Em atenção ao disposto no §3º do art. 122 da Lei n.º 14.133, de 2021, é vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

4.5.1. A presente contratação adotará a **modalidade Concorrência Eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de obra de engenharia com padrões de desempenho e qualidade técnica que podem ser objetivamente definidos por meio de projeto, memorial descritivo, especificações técnicas e orçamento estimado.

4.5.2. O regime de execução adotado será o de **empreitada por preço global**, tendo em vista que o objeto encontra-se **integralmente definido** em seus projetos e memoriais, possibilitando a fixação de um preço certo e total para a execução da **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS**. Esse regime assegura maior previsibilidade financeira para a Administração, além de simplificar o acompanhamento contratual e a fiscalização da execução da obra.

4.5.3. A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela necessidade de garantir **ampla publicidade**, isonomia entre os participantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Além disso, a modalidade possibilita a exigência de requisitos técnicos mínimos de qualificação, essenciais para assegurar a **capacidade técnica e operacional** das empresas licitantes diante da complexidade do objeto a ser contratado.

4.5.4. A modalidade é adequada para contratações de obras e serviços comuns ou especiais de engenharia, conforme definido no art. 6º, inciso XII, e art. 28 da Lei nº 14.133/2021. A **Concorrência Eletrônica** garante maior transparência, competitividade e eficiência, otimizando os resultados para a Administração Pública e assegurando o cumprimento dos princípios da legalidade, economicidade e interesse público.

4.5.5. Do critério de julgamento “MENOR PREÇO”;

4.5.5.1. Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- menor preço;
- maior desconto;
- melhor técnica ou conteúdo artístico;
- técnica e preço;
- maior retorno econômico.

4.5.5.2. Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de **menor preço**.





4.5.5.3. A escolha do tipo “**Menor Preço**” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

4.5.6. Da Inversão de Fases

4.5.6.1. A inversão da ordem das fases, adotando a habilitação prévia antes da apresentação dos lances, visa assegurar que apenas empresas com comprovada capacidade técnica e jurídica, participem da fase de apresentação de propostas, evitando a competição com empresas sem condições reais de execução e garantindo maior segurança jurídica ao processo. Tal medida está em conformidade com a Lei 14.133/2021 e justifica-se pela complexidade, vulto da obra e impacto social, que exige rigor na seleção dos licitantes. Destaca-se, que a inversão de fases evita o desperdício de tempo e de recursos públicos na análise de propostas de empresas que não seriam habilitadas, tornando o processo mais ágil e racional, garantindo ainda a diminuição dos riscos de fraudes e de proposta vencedora não qualificada, evitando contratemplos ou paralisações futuras na obra. Portanto, diante da necessidade de eficiência administrativa, do comprometimento com economicidade e da busca por celeridade na contratação, a inversão das fases configura medida plenamente justificada, legal e vantajosa para a Administração Pública.

4.6. Do Regime “EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL”

4.6.1. O regime de execução adotado será o de **empreitada por preço global**, conforme previsão do art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Isso se justifica porque os serviços encontram-se detalhados nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, permitindo a fixação de um preço certo e total para a execução integral da obra.

4.6.2. Nos termos do art. 6º, inciso VIII, da referida Lei, **empreitada por preço global** é o regime em que o contratado se obriga a realizar a obra pelo preço fixo global, independentemente das quantidades efetivamente medidas em cada item, assumindo integralmente os riscos e responsabilidades pela entrega do objeto conforme as condições pactuadas e os documentos técnicos

4.6.3. Esse regime proporciona maior previsibilidade financeira e orçamentária para a Administração, simplifica a gestão contratual e assegura maior controle da execução, visto que os pagamentos são realizados de acordo com o cronograma físico-financeiro previamente aprovado.

4.6.4. A adoção desse regime é especialmente indicada em obras como a **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS**, cujo escopo está claramente definido em projeto executivo, orçamento e memoriais anexos, garantindo segurança técnica e administrativa à contratação.

4.7. Do Fracionamento do Lote:

4.7.1. A contratação para execução da obra será realizada como **objeto não divisível**, ou seja, **sem fracionamento em lotes ou parcelas**, devendo ser executada por uma **única empresa contratada**. Essa decisão se justifica pela **completude e coerência do projeto**, que apresenta **média complexidade**, demandando integração entre diferentes disciplinas da engenharia e execução contínua dos serviços.

4.7.2. A **indivisibilidade do objeto** também se fundamenta em aspectos técnicos e



econômicos, considerando que o fracionamento poderia comprometer o andamento adequado da obra, dificultar a gestão dos prazos, elevar os custos indiretos e acarretar conflitos de responsabilidade entre empresas distintas.

4.7.3. A centralização da execução em uma única contratada favorece a **eficiência da gestão contratual**, facilita o **acompanhamento da execução física**, a **identificação de eventuais problemas** e a **atribuição objetiva das responsabilidades**, promovendo melhores condições para a fiscalização e maior garantia de resultado para a Administração Pública.

4.8. Da participação de ME e EPP

4.8.1. A participação exclusiva de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) **não será aplicável** à presente contratação, tendo em vista que:

- O valor estimado da licitação **ultrapassa o limite previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006**, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014;
- O objeto da contratação refere-se à **execução de obra pública de engenharia não divisível**, o que impede o fracionamento ou a reserva de lotes para tratamento diferenciado.

4.8.2. A fragmentação do objeto, para fins de reserva de participação exclusiva, **poderia comprometer a continuidade, a coordenação técnica e a eficácia da execução da obra**, considerando a necessidade de integração plena entre as diversas etapas e sistemas previstos no projeto.

4.8.3. Ressalta-se que a vedação à participação exclusiva de ME e EPP **não impede a livre concorrência**, sendo garantido o direito de participação dessas empresas desde que atendam aos critérios de habilitação definidos no edital e apresentem capacidade técnica compatível com o objeto a ser executado.

4.9. Da Exigência de Garantia da Contratação

4.9.1. Será exigida da contratada a prestação de garantia contratual exclusivamente na modalidade de seguro-garantia, nos termos do Decreto Municipal nº 5.715/2025, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante todo o período de execução dos serviços, devendo ser renovada nas eventuais prorrogações contratuais.

4.9.2. A contratada deverá apresentar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, a apólice do seguro-garantia (inclusive em formato digital), emitida por seguradora legalmente autorizada pela SUSEP. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

4.9.3. O seguro-garantia deverá permanecer válido durante toda a vigência contratual, sendo renovado a cada prorrogação e, se necessário, complementado em caso de acréscimos contratuais, conforme o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

4.9.4. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual, sendo renovada a cada prorrogação e, se necessário, complementada em caso de acréscimos contratuais, conforme o disposto no art. 125 da mesma lei.

- I. Ter livre acesso às instalações onde se execute o contrato principal;
- II. Acompanhar a execução e realizar auditorias técnicas e contábeis;
- III. Requerer esclarecimentos ao responsável técnico;
- IV. Subcontratar, total ou parcialmente, a conclusão do contrato;





V. Receber a emissão de empenho em seu nome, ou de empresa indicada, desde que demonstrada a regularidade fiscal.

4.9.5. Na hipótese de inadimplemento:

- I. Caso a seguradora assuma a execução e conclua a obra, ficará isenta de pagar a importância segurada indicada na apólice;
- II. Caso não assuma a execução, deverá pagar a integralidade da importância segurada à Administração

4.9.6. O seguro-garantia deverá assegurar o pagamento de:

- I. Prejuízos decorrentes do descumprimento contratual;
- II. Danos causados à Administração ou a terceiros;
- III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela contratante;
- IV. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias não adimplidas pela contratada, quando cabíveis.

4.9.7. Deverá ser apresentada a **apólice (inclusive em formato digital)** emitida por seguradora legalmente autorizada pela **SUSEP**. A validade da apólice poderá ser confirmada pela contratante por meio de consulta ao site da SUSEP: <https://www.gov.br/susep/pt-br>

5. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme evidenciada a vantagem plurianual no ETP e por se tratar de objeto continuado, a vigência do contrato terá início com a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado e perdurará pelo prazo de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

5.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

5.3. Poderão ser realizados acréscimo ou supressões nos termos do art.125 da Lei 14.133/2021.

5.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

5.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.





5.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega:

6.1.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica prescrita no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e documentos anexos, compreendendo fiel observância aos projetos, memoriais, orçamento, cronograma físico-financeiro e demais especificações técnicas.

6.2. Da Descrição, Do Local e Data de Entrega/Execução:

6.2.1. O local da execução da obra será conforme a seguinte descrição:

Descrição do Serviço:	Construção de Unidade Escolar, Quadra Poliesportiva e Piscina no Residencial Jardim dos Ipês, no município de Barra do Garças – MT.
Dimensão da Obra:	4.585,28 m ² de área total construída.
Local da Obra:	Rua São Paulo, com Rua Primavera e Rua Otacílio dos Santos Neto – Residencial Jardim dos Ipês, Barra do Garças – MT
Coordenadas Geográficas:	15°53'00.00"S e 52°18'00.00"W.

6.2.2. Para execução os profissionais deverão ser apresentados devidamente uniformizados, portando crachás de identificação funcional da CONTRATADA, com foto recente e nome do empregado.

6.2.3. O prazo para a execução dos trabalhos será de **18 (dezoito) meses**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme **Cronograma Físico-Financeiro** integrante deste Termo de Referência

6.2.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos 30 dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

6.2.5. A contratada obriga-se a entregar o objeto em conformidade com as etapas especificadas no cronograma físico-financeiro e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição/correções, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.2.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

7.1. As condições para o recebimento da obra da **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS** devem ser rigorosamente observadas, garantindo que a execução atenda integralmente aos requisitos técnicos, legais e de qualidade previstos no contrato e nos projetos anexos. O recebimento envolverá as seguintes etapas:





- I. **Recebimento Provisório:** O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão de cada etapa ou do total da obra, conforme acordado no cronograma físico-financeiro. A fiscalização da obra deve ser realizada pela comissão responsável, que verificará se todas as etapas do projeto foram cumpridas de acordo com as especificações contratuais.
- II. **Verificação de Conformidade:** A empresa contratada deve garantir que todos os materiais e serviços executados atendam às normas técnicas e especificações previstas no projeto. A comissão de fiscalização realizará uma inspeção detalhada, verificando a conformidade com os projetos, as normas de segurança e acessibilidade, além dos requisitos ambientais. Qualquer não conformidade será registrada e deverá ser corrigida antes da liberação do recebimento final.
- III. **Testes e Comissionamento:** Para garantir que todos os sistemas, estruturas e equipamentos implantados na obra estejam em pleno funcionamento, serão realizados testes de comissionamento. Esses testes garantirão que todos os sistemas operem adequadamente e conforme especificado no projeto.
- IV. **Documentação Completa** A empresa contratada deve apresentar toda a documentação necessária para o recebimento do serviço, incluindo:
 - ✓ Relatórios de controle de qualidade;
 - ✓ Certificados de garantia dos materiais utilizados;
 - ✓ Documentação de segurança do trabalho;
 - ✓ Licenças e autorizações necessárias (se aplicável);
 - ✓ Comprovantes de cumprimento das normas ambientais, quando houver.
- V. **Recebimento Definitivo:** Após a correção de eventuais falhas identificadas no recebimento provisório e a conclusão de todas as etapas de testes, o serviço será considerado definitivo. O recebimento definitivo ocorrerá quando a obra for entregue completamente finalizada, com todos os sistemas operando corretamente e conforme os padrões estabelecidos. A empresa contratada deverá garantir a entrega de todos os documentos necessários, incluindo manual de operação e manutenção dos sistemas da obra.
- VI. **Prazo de Garantia:** A empresa deverá fornecer uma garantia mínima para os serviços realizados, que será de responsabilidade por eventuais defeitos ou problemas estruturais que surgirem dentro do período de garantia. Durante esse prazo, a empresa deverá realizar as correções necessárias sem custos adicionais para a Administração Pública.

8. DA GARANTIA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

8.1. Garantia e Responsabilidade:

8.1.1. A responsabilidade do contratado pela solidez, segurança e funcionalidade dos materiais e serviços executados, bem como pela adequação da construção, reforma, recuperação ou ampliação do bem imóvel, perdurará pelo prazo mínimo de **5 (cinco) anos**, contados a partir da data do **recebimento definitivo da obra**. Durante esse período, o contratado responderá **objetivamente** por quaisquer vícios, defeitos ou incorreções que venham a ser constatados, sendo-lhe exigido proceder, às suas expensas, às devidas correções ou substituições necessárias para assegurar o pleno atendimento às especificações contratuais e normativas aplicáveis.

8.1.2. Em caso de constatação de falhas, vícios ou defeitos que comprometam a integridade ou o funcionamento da construção, o contratado deverá realizar, às suas próprias expensas, a reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias para que o imóvel esteja em conformidade com as especificações contratuais, com segurança e funcionalidade adequadas.



8.1.3. A responsabilidade do contratado permanecerá intacta durante o período de garantia, sendo exigida a correção de eventuais problemas sem custos adicionais para a Administração Pública, independentemente da identificação do defeito, mesmo que este surja em período posterior ao recebimento da obra.

8.2. Condições de Manutenção e Assistência Técnica

8.2.1. Durante o prazo de garantia, a empresa contratada deverá oferecer **assistência técnica** em caso de defeitos ou problemas relacionados à obra, sem custos para a Administração Pública. A manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e componentes que apresentarem defeitos ou falhas deverá ser realizada de forma contínua, garantindo que a obra se mantenha em perfeitas condições de uso.

8.2.2. Além disso, o contratado deverá manter uma equipe técnica qualificada disponível para atender a quaisquer necessidades de reparação ou substituição de materiais, conforme as exigências do contrato e os padrões de qualidade estabelecidos.

8.2.3. Essas condições visam assegurar a durabilidade, funcionalidade e segurança da obra de conclusão da Creche de Educação Infantil, oferecendo à Administração Pública a confiança de que a unidade educacional será mantida em condições adequadas durante todo o período de garantia, garantindo, assim, o bom uso pelas crianças, profissionais da educação e comunidade, bem como a preservação do patrimônio público e educacional.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após a medição dos serviços e emissão de nota fiscal, cujas particularidades são definidas em contrato.

9.2. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de nota fiscal referente à medição realizada, e quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação no certame, e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada.

9.3. Fica estabelecido que o primeiro pagamento somente será realizado após **a execução mínima de 25% (vinte e cinco por cento)** do objeto contratual, devidamente atestada por medição da fiscalização da contratante, acompanhada da respectiva nota fiscal. Até que se atinja este percentual, **não será efetuado qualquer repasse financeiro** à contratada.

9.4. O pagamento da integralidade dos valores pactuados no contrato não importará como aceitação ou recebimento definitivo da obra e dos serviços objeto desta licitação, bem como não isentará a Contratada de quaisquer responsabilidades e obrigações contratuais e extracontratuais.

9.5. Durante a vigência do contrato poderá ser realizada a revisão, reajuste ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico – financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art.124, inciso II, alínea “d”, da lei n.14.133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos, desde que aprovado pela assessoria jurídica da prefeitura.

9.6. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto, na forma do que dispõe o § 6º do art. 135, da Lei nº.14.133/21 e da Lei nº 10.192, de 14/02/2001.





9.7. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, mediante aprovação da assessoria jurídica, com parecer e justificativa e embasamento legal.

9.8. Para itens do contrato que necessitam ser reajustados por mais de índice, as parcelas que compõe esses índices deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.

9.9. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

9.10. A revisão dos preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos imprevisíveis ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração.

9.11. Constatada a execução de **75% (setenta e cinco por cento)** do objeto contratual, os pagamentos relativos aos 25% (vinte e cinco por cento) restantes somente serão liberados após a conclusão integral do objeto, ou seja, **com 100% (cem por cento) dos serviços efetivamente realizados**, devidamente atestados pela fiscalização do contrato.

9.12. Do Pagamento:

9.12.1. O pagamento, decorrente da execução do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação;

9.12.2. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada;

9.12.3. Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá notificar para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

9.12.4. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;

9.12.5. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras;

9.12.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;

9.12.7. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável;

9.12.8. Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:





9.12.8.1. Não produziu os resultados acordados ou deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

9.12.9. Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele.

10. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

10.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato, o município desenvolveu o Plano Básico de Fiscalização, inserindo as ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item “gerenciamento de riscos” do relatório do estudo técnico.

10.3. No Plano Básico de Fiscalização – PBF, consta transcrito integralmente os principais atos da fiscalização como a forma de recebimentos provisório/definitivo, notificação, dentre outros, não podendo o contratado alegar desconhecimento do PBF.

10.4. Para a efetividade e eficiência da execução contratual, o contratado deverá apresentar preposto devidamente qualificado e manter atualizado o seu contato eletrônico, sendo que a comunicação entre a equipe de fiscalização e o preposto se dará principalmente por via de e-mail informados no contrato, sendo de responsabilidade da contratada manter o endereço eletrônico atualizado.

10.5. Os recebimentos serão formalizados em termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, sendo apurado, ao final de cada período de faturamento o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

10.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários,



devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90(noventa) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

10.12. Havendo ações específicas ao objeto necessárias à fiscalização do contrato, estas constarão do item "Do Gerenciamento de Riscos" no relatório do ETP, se for o caso, e na minuta do contrato.

10.13. Tendo sido formalizada matriz de risco (divisão dos riscos verificados entre as partes), esta constará como anexo deste Termo de Referência OU do Projeto Básico (quando houver).

10.14. Ficam designados como fiscais do contrato os seguintes servidores:

- Matheus Rickli de Carvalho- matrícula nº 120394 - como fiscal.
- Ygor Vinicius Marques Cardoso - matrícula nº 13672 - fiscal suplente

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. A seleção da empresa de engenharia responsável pela execução da **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS** será conduzida com base em critérios objetivos e transparentes, em conformidade com a legislação vigente e as especificidades do projeto. Os principais critérios a serem considerados incluem:

11.1.1. Primeiramente, a empresa deverá apresentar a documentação necessária para comprovar sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, incluindo certidões negativas de débitos fiscais e a comprovação de sua existência legal.

11.1.2. A **capacidade técnica e experiência** da empresa serão fundamentais. A mesma deverá comprovar experiência anterior em obras de porte e complexidade similares, preferencialmente relacionadas à **construção de unidades educacionais e equipamentos esportivos**. Também será avaliada a qualificação da equipe técnica indicada, incluindo engenheiros, arquitetos e demais profissionais, devidamente registrados em seus Conselhos de classe, por meio de ARTs e RRTs.

11.1.3. Outro critério relevante é a qualificação econômica e financeira, onde a empresa deverá apresentar documentos que atestem sua saúde financeira, como balanços patrimoniais e demonstrações de resultados, comprovando sua capacidade de cumprir com os custos da obra sem comprometer a execução do projeto. A proposta técnica detalhada também será considerada, incluindo o planejamento da obra, a metodologia de execução e o cronograma físico-financeiro. A proposta técnica deve estar alinhada aos requisitos ambientais e de sustentabilidade, priorizando práticas construtivas que minimizem impactos ambientais.





11.1.4. A **proposta de preço** deverá ser compatível com os valores estimados no orçamento elaborado com base no **SINAPI – dezembro/2024**, observando o equilíbrio entre custo e qualidade do serviço. Será considerada a capacidade da empresa em cumprir rigorosamente o cronograma da obra, sendo valorizadas referências de contratos anteriores entregues dentro dos prazos

11.1.5. A empresa selecionada deverá oferecer garantias adequadas, como seguros de responsabilidade civil e garantia de execução da obra, protegendo tanto a administração quanto os moradores. A avaliação de referências e o histórico da empresa em relação à qualidade dos serviços prestados e ao cumprimento de contratos também serão levados em consideração. Finalmente, a empresa deverá estar em conformidade com todas as normas técnicas, regulamentos de segurança no trabalho e padrões de acessibilidade exigidos para a execução da obra.

11.2. Esses critérios visam garantir a escolha de uma empresa capacitada, com experiência comprovada, comprometida com a qualidade e capaz de realizar a obra dentro dos padrões exigidos, respeitando os prazos e o orçamento estabelecido.

11.3. Das Exigências de Habilitação

11.3.1. Conforme estudo técnico preliminar, além dos documentos gerais a constarem no Edital foram identificados documentos de habilitação específicos para o objeto:

11.3.1.1. Habilitação Fiscal/Social/Trabalhista:

- a) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços. Dentre os demais requisitos elencados pela Lei 14.133/21, citados no artigo 62.

11.3.1.2. Especificidades da habilitação, se for o caso (art. 62 a 70 da NLL):

11.3.1.2.1. Apresentar atestados técnicos operacionais que comprovem a atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título qualificação técnica, nos termos do art. 62, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Certificado de registro (pessoa jurídica): comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
- b) Certificado de registro (pessoa física): comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de todos os profissionais técnicos que participarão na condução dos serviços contratados, devendo constar no mínimo um Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista.
- c) Capacidade operacional (pessoa jurídica): atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa/consórcio licitante em atividades compatíveis com o objeto licitado;
- d) **Capacidade profissional (pessoa física): certidão de acervo técnico (CAT) do responsável técnico da licitante (devidamente atestado pelo CREA/CAU), que comprove execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado, devendo conter no mínimo:**



Código	Peso na Planilha	Serviços Executados	Proposta 100%	Referência 50%
ATLY EST 015	7,79%	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE LAJES ALVEOLARES PARA EDIFÍCIOS DE ATÉ 2 PAVIMENTOS, INCLUSO IÇAMENTO COM GUINDASTE	291,96 m ³	145,98 m ³
ATLY PISC 001	4,77%	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AZULEJO 15,5x15,5cm BRILHANTE AZUL PISCINA EXTRA	694,60 m ²	347,30 m ²
ATLY CIV 026	4,72%	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO CHAPA/CHAPA	4.164,78 m ²	2.082,39 m ²
ATLY EST 014	4,30%	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VIGAS PRÉ-FABRICADAS PARA EDIFÍCIOS DE ATÉ 2 PAVIMENTOS, INCLUSO IÇAMENTO COM GUINDASTE	134,12 m ³	67,06 m ³
ATLY EST 016	4,13%	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAINÉIS ESTRUTURAIS PRÉ-FABRICADOS PARA EDIFÍCIOS DE ATÉ 2 PAVIMENTOS, INCLUSO IÇAMENTO COM GUINDASTE	163,31 m ³	81,66 m ³

Obs: Quantidade mínima é 50% da quantidade que será executada.

11.3.1.3. Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da(s) certidão(ões) e/ou atestado(s):

- I. Nome do contratado e do contratante;
- II. Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- III. Localização e data da realização da obra;
- IV. Serviços executados e quantitativos.
- V. Vínculo Empregatício: Apresentar comprovação de vínculo empregatício de cada profissional técnico que participará da condução dos serviços contratados.

b) Os profissionais indicados para a execução dos serviços deverão integrar o quadro técnico da empresa, devidamente registrados na respectiva autarquia de classe. **Não será aceita declaração de contratação futura.** As áreas técnicas obrigatórias mínimas para a execução do objeto contratual são:

- Engenheiro Civil;
- Arquiteto;
- Engenheiro Eletricista;
- Engenheiro de Segurança do Trabalho.

A comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa licitante deverá ser feita por meio do contrato social (se sócio) ou da Certidão de Registro e Quitação de



Pessoa Jurídica (CRQ Empresa).

12. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 20.374.790,57** (vinte milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos), conforme planilha orçamentária consolidada elaborada com base no **SINAPI – dezembro/2024**, sem desoneração.

12.2. O referido valor foi apurado a partir dos quantitativos constantes dos projetos executivos, memoriais descritivos e orçamentos técnicos anexos, refletindo a estimativa necessária para a execução integral da **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS**.

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.

12.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), na falta deste aplicar outro índice compatível.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13. MAPA DE RISCOS

13.1. O mapa de risco da contratação será retratado no tópico abaixo, por meio do documento elaborado para a identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de Concorrência Eletrônica, contendo as ações de controle, prevenção e mitigação de impactos, materializando-se no mapa de risco da contratação.

13.2. Fase – Gestão contratual e execução do objeto contratado:

RISCO 1: EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL EM DESACORDO COM O CONTRATO		
DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Falha no atendimento das necessidades da PREFEITURA Solução diversa da proposta nos instrumentos convocatórios	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalização diária a ser realizada pela CONTRATANTE. Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade.	PREFEITURA



AÇÕES DE CONTINGÊNCIA SETOR RESPONSÁVEL	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades contratuais.	PREFEITURA
RISCO 2: ATRASOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO OU BAIXA PRODUTIVIDADE		
DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Aumento do custo e demora na entrega da obra. Descontinuidade dos serviços.	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	
AÇÕES PREVENTIVAS SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalização diária a ser realizada pela CONTRATANTE.	PREFEITURA
	Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade.	
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalização Mensal, trimestral ou semestral a ser realizada pela CONTRATANTE.	PREFEITURA
RISCO 3: PERÍODOS DE CHUVA FORA DA PREVISIBILIDADE LOCAL		
DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Aumento de custos e atraso no cronograma por caso fortuito ou força maior.	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	
AÇÕES PREVENTIVAS SETOR RESPONSÁVEL	Não Há	PREFEITURA
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA SETOR RESPONSÁVEL	Caberá a CONTRATANTE análise das circunstâncias e ações possíveis...	PREFEITURA
RISCO 4: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEM CAPACIDADE DE EXECUTAR O CONTRATO		
DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Dificuldades na execução contratual, com o não cumprimento adequado do objeto.	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	
AÇÕES PREVENTIVAS SETOR RESPONSÁVEL	Realizar análise criteriosa da qualificação técnica e econômico-financeira da empresa.	PREFEITURA
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Avaliar adequadamente a empresa.	PREFEITURA
RISCO 5: EXECUÇÃO DO OBJETO EM DESACORDO COM O CONTRATO		
DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Não atendimento da demanda do órgão.	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	
AÇÕES PREVENTIVAS / SETOR RESPONSÁVEL	Realização de gestão e fiscalização adequada	PREFEITURA
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA SETOR RESPONSÁVEL	Capacitação da equipe de fiscalização	PREFEITURA
RISCO 6: FALTA DE PAGAMENTO À CONTRATADA		
DESCRIÇÃO DO IMPACTO:	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual.	
PROBALIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Alto	



AÇÕES PREVENTIVAS SETOR RESPONSÁVEL	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato.	PREFEITURA
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA SETOR RESPONSÁVEL	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de desembolso do órgão.	PREFEITURA

13.3. Os fatores de risco elencados acima que se caracterizarem como risco do empreendimento, correrão por conta do Contratado até o momento de entrega da obra, devendo estar previstos no Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), em item único e próprio, visto que o BDI é o elemento orçamentário destinado a cobrir as despesas não diretamente relacionadas à execução do objeto Contratado, como a cobertura de riscos eventuais do empreiteiro.

13.4. No caso de atrasos na execução do contrato caso fique constatado culpa exclusiva do CONTRATADO deve ser providenciada a dedução dos serviços previstos no cronograma físico financeiro e, se for o caso providenciar o devido ressarcimento.

13.5. O cronograma físico-financeiro deverá estar atualizado com a execução contratual, de modo que seja possível visualizar o acompanhamento da programação feita para a obra, em caso de atrasos significativos deverá ser providenciado termo aditivo para atualizá-lo.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

14.1. Obrigações da Contratada:

A empresa contratada deverá:

14.1.1. Executar os serviços conforme o projeto, memorial descritivo e demais documentos técnicos, seguindo normas técnicas e legislação vigente.

14.1.2. Fornecer mão de obra qualificada, equipamentos e materiais necessários à execução da obra.

14.1.3. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no contrato.

14.1.4. Adotar medidas de segurança e saúde no trabalho, conforme as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis.

14.1.5. Garantir a correta disposição de resíduos da obra, respeitando normas ambientais.

14.1.6. Manter um responsável técnico pela execução da obra, devidamente registrado no Conselho Profissional.

14.1.7. Comunicar à contratante eventuais dificuldades ou imprevistos que possam comprometer o cronograma.

14.1.8. Realizar eventuais correções ou reparos necessários dentro do período de garantia.

14.2. Obrigações da Contratante:

A Administração Pública deverá:

14.2.1. Fornecer à contratada toda a documentação técnica necessária (projetos, memoriais,





especificações).

14.2.2. Indicar um responsável para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços.

14.2.3. Garantir o acesso ao local da obra e condições adequadas para a execução dos serviços.

14.2.4. Efetuar os pagamentos conforme as medições realizadas e aprovadas, nos prazos estabelecidos no contrato.

14.2.5. Notificar a contratada sobre não conformidades verificadas na execução da obra.

14.2.6. Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

15.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. Cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

15.3. Multa de:

15.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;

15.3.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual legal, com a possível rescisão contratual;

15.3.3. 0,1% (um décimo por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura, em face da menor gravidade do fato mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada;

15.3.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes





entre si.

15.3.5. Caso a contratada não possa cumprir o prazo estipulado para a entrega, total ou parcial, dos serviços solicitados, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, alheio à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições estabelecidas, ou de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

15.3.6. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega da reforma solicitada, deverá ser encaminhada à Contratada, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério da Contratante a sua aceitação;

15.3.7. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular Processo Administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

16. DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP

16.1. Conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, estabelece a obrigatoriedade da transparência e publicidade nos processos de contratação pública. Dessa forma, a publicação do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é essencial para assegurar conformidade legal, transparência, controle social e eficiência administrativa.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE DE RECURSOS	
Recurso: <input type="checkbox"/> Municipal <input checked="" type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	
Dotação orçamentária: 28.003.12.361.0104.1295.4.4.90.51.00.00	
Programa:	0104 EDUCAÇÃO PARA TODOS COM QUALIDADE E DEMOCRÁTICA
Ação:	1295 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA E QUADRA POLIESPORTIVA RESI. JARDIM DOS IPÊS
Fonte de recurso:	1.701.0000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS OU INSTRUMENTOS CONGENERES DOS ESTADOS
Cód. Reduzido:	1915
Projeto Atividade:	1295 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA E QUADRA POLIESPORTIVA RESI. JARDIM DOS IPÊS
Elemento de Despesa:	4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES



FONTE DE RECURSOS	
Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	
Dotação orçamentária: 28.003.12.361.0104.1295.4.4.90.51.00.00	
Programa:	0104 EDUCAÇÃO PARA TODOS COM QUALIDADE E DEMOCRÁTICA
Ação:	1295 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA E QUADRA POLIESPORTIVA RESI. JARDIM DOS IPÊS
Fonte de Recurso:	1.500.1001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
Cód. Reduzido:	1918
Projeto Atividade:	1295 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA E QUADRA POLIESPORTIVA RESI. JARDIM DOS IPÊS
Elemento de Despesa:	4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

18. OS ANEXOS E DOS DOCUMENTOS

18.1. Fazem parte integrante deste Termo de Referência os seguintes documentos e anexos:

- I. Projeto Básico e seus anexos;
- II. Memoriais;
- III. Planilhas de composição de custos SINAPI/SICRO;
- IV. Planilha de Quantitativos de Custos Unitários;
- V. Planilha de Composição de Custos Unitários;
- VI. Planilha de Composição de BDI;
- VII. Planilha de Composição de Encargos Sociais e Trabalhistas;
- VIII. Cronograma Físico e Financeiro;
- IX. Matriz de riscos;
- X. Licenças ambientais pertinentes;
- XI. Minuta de contrato.

Barra do Garças/MT, 24 de novembro de 2025.

Alessandra Peres

Secretaria de Educação, Esporte e Lazer

Eliciomar Braz Pereira

Secretário de Educação, Esporte e Lazer
Portaria nº 21.823 de 01/01/2025



- I. **Projeto Básico e seus anexos poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico**
<https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Concorrencia-eletronica/>
- II. **Memorial Descritivo; poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico**
<https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Concorrencia-eletronica/>
- III. **Planilha Orçamentária – SINAPI 12/2024 poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico**
<https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Concorrencia-eletronica/>.
- IV. **Planilha de Quantitativos de Custos Unitários; poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico**
<https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Concorrencia-eletronica/>.
- V. **Planilha de Composição de Custos Unitários; poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico**
<https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Concorrencia-eletronica/>.
- VI. **Planilha de Composição de BDI; poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico** <https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Concorrencia-eletronica/>.
- VII. **Planilha de Composição de Encargos Sociais e Trabalhistas; poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico**
<https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Concorrencia-eletronica/>.
- VIII. **Cronograma Físico e Financeiro; poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico** <https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Concorrencia-eletronica/>.
- IX. **Matriz de riscos; poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico**
<https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Concorrencia-eletronica/>.
- X. **Licenças ambientais pertinentes; poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico** <https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Concorrencia-eletronica/>.



ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão social:

CREA/CAU:

CNPJ:

ENDEREÇO:

Rua, avenida, complemento e n.º

Bairro:

Município:

UF

CEP:

Telefone:

Celular:

E-mail:

TITULARES (sócios e representantes legais da empresa):

Nome:

Cargo:

CPF:

E-mail:

Nome:

Cargo:

CPF:

E-mail:

QUADRO TÉCNICO

RESP. TÉCNICO

Nome:



Formação:

Tempo de formado (anos):

CPF:

Telefone:

Celular:

E-mail:

PROPOSTA DE PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UN.	VALOR TOTAL
01		01		
Total		R\$ (valor por extenso)		

PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme o Cronograma Físico-financeiro em anexo.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação desta proposta.

Declara, por oportuno, que incluem nos preços propostos, todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos diretos e indiretos, mão de obra, equipamentos e materiais (se for o caso), despesas com transporte, bem como quaisquer outras, necessárias ou que possam incidir sobre a realização dos serviços.

Toma conhecimento de todas as informações, projetos e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação e que concorda com as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

_____, ____ de _____ de ____

NOME COMPLETO
Representante de Empresa





ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ _____, sediada no endereço _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado _____, CPF _____:

- **DECLARA** expressamente que:
 - a) Recebeu os documentos e que tomou conhecimento pleno de todas as informações, das condições e peculiaridades da contratação, inclusive que atendem a todos os requisitos de habilitação.
 - b) Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - c) Não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
 - d) Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.
 - e) Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
 - f) Declara para devidos fins de participação nesta Licitação, instaurada pelo Município de BARRA DO GARÇAS, autenticidade de todos os documentos apresentados na presente licitação.
 - g) Declaração de Contratação Futura: Declara ainda que caso seja vencedor do certame, o Sr. (a). _____, integrará a equipe técnica desta empresa, sendo contratado para prestação de serviços com responsabilidade técnica, do objeto licitado neste certame.

_____, ____ de _____ de ____.

(nome e assinatura do representante ou sócio da empresa)





ANEXO V
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 151/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°. 008/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

OBJETO: “CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR, QUADRA POLIESPORTIVA E PISCINA NO RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT.”

CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins, de participação na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº ____/2025, Processo licitatório nº ____/2025, que o responsável pela empresa _____ Sr (a) _____ visitou o Município e tomou conhecimento dos serviços objeto da licitação, no dia _____ do mês de _____ do ano de 2025.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

_____, _____ de _____ de _____.

(nome e assinatura do representante ou sócio da empresa)





ANEXO VI
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º. 151/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º. 008/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS

A (empresa), com sede na cidade de _____, à (rua, avenida, e-mail) nº, inscrita no CNPJ/MF sob nº, neste ato representada por (nome do responsável ou representante legal), abaixo assinado, DECLARA que:

Declaramos que temos a posse ou compromisso de locação ou cessão dos equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação, estes estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Temos ciência que esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in loco” por ocasião da contratação e sempre que necessário.

Equipamentos mínimos: (DESCREVER OS EQUIPAMENTOS)

_____, _____ de _____ de _____.

(nome e assinatura do representante ou sócio da empresa)



ANEXO VII

VII - Minuta de Contrato; poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico
<https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Concorrencia-eletronica/>



(66) **3402-2000**



licitacao
@barradogarcas.mt.gov.br



Rua Independência, nº 739, Centro
Barra do Garças/MT